



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

ID CidadES/TCE/ES: 2026.500E0100006.01.0001

O INSTITUTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, doravante denominado **PRODEST**, com sede na Avenida João Batista Parra, 465, Praia do Suá, Vitória/ES, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, para REGISTRO DE PREÇOS para aquisição e atualização de licenças perpétuas do Zimbra Network Edition (nas modalidades Standard, Professional e EWS), contemplando a versão mais atualizada com suporte técnico oficial pelo período de 12 (doze) meses. Inclui-se, ainda, a contratação de solução corporativa de filtragem antispam, com proteção contra ameaças avançadas e ataques direcionados, além dos serviços de implantação, capacitação técnica e suporte especializado pelo mesmo período, visando garantir a segurança, disponibilidade e continuidade operacional da plataforma de e-mail institucional do PRODEST, conforme processo E-Docs nº 2025-50KSV, nos termos da Lei 14.133/2021, do Decreto Estadual nº 5.352-R/2023, do Decreto Estadual 5.545-R/2023, do Decreto Estadual nº 5.354-R/2023, e demais normas aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

A licitação ocorrerá por meio do **Sistema Integrado de Gestão Administrativa – SIADES**, cujo endereço eletrônico é <https://portalsiades.es.gov.br/>.

1 - DO OBJETO E DISPOSIÇÕES ESSENCIAIS

1.1 - O objeto da presente licitação é a para aquisição e atualização de licenças perpétuas do Zimbra Network Edition (nas modalidades Standard, Professional e EWS), contemplando a versão mais atualizada com suporte técnico oficial pelo período de 12 (doze) meses. Inclui-se, ainda, a contratação de solução corporativa de filtragem antispam, com proteção contra ameaças avançadas e ataques direcionados, além dos serviços de implantação, capacitação técnica e suporte especializado pelo mesmo período, visando garantir a segurança, disponibilidade e continuidade operacional da plataforma de e-mail institucional do PRODEST, conforme especificações do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

1.2 - A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Anexo I deste Edital, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que compõem cada grupo.

1.3 - O(s) preço(s) máximo(s) admitido(s) para a presente licitação é (são) o(s) que consta(m) no Anexo I deste Edital.

1.4 - Data de Início do Acolhimento das Propostas: 09 de abril de 2026; às 10:00.

1.5 - Data do Fim do Acolhimento das Propostas: 29 de abril de 2026; às 09:59.

1.6 - Data da Abertura das Propostas: 29 de abril de 2026; às 10:00.



1.7 - Data da sessão pública: 29 de abril de 2026; às 10:00.

1.8 - O modo de disputa será o **aberto**.

1.9 - Esta licitação será julgada sob o critério de menor preço por grupo de itens.

1.10 - As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta do orçamento próprio da UG 280203/GESTÃO 28203 a cargo da conta da atividade no 04.126.0050.2254 - INFRAESTRUTURA DE HARDWARE E SOFTWARE, Elemento de Despesa nº 449040-93 TI: AQUISIÇÃO DE SOFTWARE (CÓD. SIGEFES 3.790) do orçamento do PRODEST para o exercício 2026.

2 - DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 - Esta licitação adota o Sistema de Registro de Preços, e as regras pertinentes constam deste Edital e do Anexo que trata da minuta de Ata de Registro de Preços (ARP). No Anexo I deste Edital constam as informações sobre participação exclusiva do PRODEST, quantitativos e sobre a possibilidade ou não de adesão.

3 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 - Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no **Sistema Integrado de Gestão Administrativa – SIADES** (<https://portalsiades.es.gov.br/>).

3.1.1 - Os interessados deverão atender às condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3 - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema relacionado no item anterior e mantê-lo atualizado junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5 - Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123/2006.



3.6 - Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1 - aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2 - pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.6.3 - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.4 - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.5 - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.6 - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.7 - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

3.6.8 - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.9 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato servidor público estadual, independentemente de qual seja o órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme art. 9º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021 e arts. 221, XIX, da Lei Complementar Estadual nº 46/1994 e 35 da Constituição Estadual.

3.7 - O impedimento decorrente de sanção administrativa será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8 - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.



3.9 - O disposto nos itens acima não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

4.1 - Na presente licitação, as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento ocorrem antes da fase de habilitação.

4.2 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3 - No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1 - está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2 - não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3 - não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4 - cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4 - O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei 14.133/2021.

4.5 - O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual ou equiparadas, ou sociedade cooperativa, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei 14.133/2021.

4.5.1 - No item exclusivo para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual ou equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;



4.5.2 - Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual ou equiparadas, a assinalação do campo “não” produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar 123/ 2006.

4.6 - A falsidade da declaração de que trata os itens acima sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei 14.133/2021, e neste Edital.

4.7 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, até a abertura da sessão pública.

4.7.1 - Após a abertura da sessão pública, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro, sob pena de aplicação das penalidades legais.

4.8 - Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9 - Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10 - Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.11 - O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, considerando no máximo 02 (duas) casas decimais, inclusive na etapa de lances dos campos indicados.

5.1.1 - Os licitantes deverão preencher os campos referentes ao prazo de entrega e de validade da proposta, podendo inserir qualquer valor numérico, uma vez que não serão utilizados para julgamento da proposta, tendo em vista que o licitante arrematante do certame estará vinculado as condições e os prazos estipulados neste Edital e seus anexos.

5.1.2 - O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.2 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.



5.2.1 - O licitante arrematante deverá indicar a marca e modelo do produto oferecido na proposta inicial registrada no sistema, podendo modificá-los quando da apresentação da proposta final ajustada de que trata o item 8.1.

5.3 - O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.4 - O licitante deverá formular sua proposta, considerando as disposições do Decreto nº 4.251-R, de 21 de maio de 2018, que obriga aqueles que são contratados pela Administração Pública, a efetivar a contratação de mão-de-obra necessária à execução da obra ou serviço advinda do sistema penitenciário estadual, no percentual de 6% (seis por cento) da mão-de-obra total para a execução do objeto contratual, nos termos da Lei complementar nº 879/2017.

5.5 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.6 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.7 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á pelo Pregoeiro, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 - Todas as propostas apresentadas pelos participantes serão recebidas e registradas pelo sistema como classificadas para a disputa e encaminhadas para etapa de lances.

6.2.1 - Em nenhuma hipótese, o Pregoeiro poderá desclassificar da disputa uma proposta antes da fase de julgamento.

6.3 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.



6.4.1 - Na hipótese de nenhuma proposta inicial ser ofertada, o sistema encerrará, automaticamente, a fase e irá registrar em ata e indicar que o item ou grupo de itens foi declarado deserto.

6.4.2 - Na hipótese de comparecer apenas um licitante na fase de lances, o sistema encerrará, automaticamente, a fase e iniciará a etapa de negociação.

6.5 - O lance deverá ser ofertado pelo valor global do grupo de itens.

6.6 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8 - O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 50,00 (cinquenta reais).

6.9 - O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10 - O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11 - Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final crescente de classificação.

6.12 - Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1 - A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2 - Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10%



(dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3 - No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4 - Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem 6.12.2, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 03 (três), oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5 - Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final crescente de classificação.

6.13 - Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço ou maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1 - Não havendo pelo menos 03 (três) propostas nas condições definidas neste item, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final crescente de classificação.

6.14 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.15 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.16 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.



6.18 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7 - DO ENCERRAMENTO DA FASE DE LANCES E DA NEGOCIAÇÃO

7.1 - Encerrada a fase de lances, o sistema identificará em coluna própria as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual ou equiparadas participantes em itens ou grupos de itens “não exclusivos”, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar 123/2006.

7.1.1 - Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual ou equiparadas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.1.2 - A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a convocação automática para tanto.

7.1.3 - Se, por motivo justificado, não for possível informar a ocorrência do empate logo após a fase de lances, o Pregoeiro deverá informar aos licitantes, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, a data e a hora em que irá declarar a ocorrência do empate e convocar a microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual ou equiparadas para exercer seu direito de preferência nos termos do subitem anterior.

7.1.4 - Caso a microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual ou equiparadas melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual ou equiparadas que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.1.5 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual ou equiparadas que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.2 - Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.2.1 - Havendo eventual empate, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei 14.133/2021.



7.2.2 - Esgotados os critérios de desempate previsto em lei, o desempate poderá ocorrer por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.3 - Em seguida, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante arrematante, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

7.3.1 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.3.2 - O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.4 - Na hipótese de o licitante arrematante permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas.

7.4.1 - A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o licitante arrematante, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.5 - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8 - DA FASE DE JULGAMENTO

8.1 - Encerrada a negociação, o Pregoeiro solicitará ao licitante arrematante que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta final, adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, juntamente com os Dados Complementares, observando os modelos anexos a este Edital.

8.2 - Ato contínuo, o Pregoeiro verificará se o licitante arrematante atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei 14.133/2021, legislação correlata e neste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.2.1 - SICAF;

8.2.2 - Cadastro de Fornecedores do Estado do Espírito Santo – CRC/ES;

8.2.3 - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

8.2.4 - Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).



8.3 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também em nome de seus sócios majoritários, por força do art. 12 da Lei 8.429/1992, que prevê dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.4 - Constatada a existência de sanção que inviabilize a participação ou contratação, o Pregoeiro reputará o licitante desclassificado, por falta de condição de participação.

8.5 - Verificadas as condições de participação, o Pregoeiro examinará a proposta vencedora quanto à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação, a sua exequibilidade e à adequação ao objeto em relação a este Edital e em seus anexos, observando o disposto nas normas cabíveis.

8.6 - Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.6.1 - conter vícios insanáveis;

8.6.2 - não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.6.3 - apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.6.4 - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.6.5 - apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.7 - O licitante arrematante deverá apresentar em sua proposta econômica, sob pena de desclassificação, a declaração de que ela compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.8 - Após a verificação das condições dos itens antecedentes, o licitante arrematante será declarado classificado, caso tenha atendido a todas as exigências do Edital e seus Anexos, e o Pregoeiro iniciará, a fase de habilitação.

8.9 - Se a proposta vencedora for desclassificada, o Pregoeiro retornará a etapa de negociação e, em seguida, examinará a proposta subsequente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda às exigências do Edital e seus anexos.

8.9.1 - Se todos os licitantes forem desclassificados e/ou inabilitados, o Pregoeiro irá declarar fracassado o item ou grupo de itens correspondente.

8.9.2 - A declaração do fracasso deverá observar os procedimentos descritos no tópico referente a fase de recurso.



9 - DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1 - Encerrada a fase de julgamento, o Pregoeiro solicitará os documentos previstos no **Anexo II deste Edital** para fins de habilitação, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei 14.133/2021.

9.1.1 - A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF e no CRC/ES.

9.2 - Em se tratando de consórcio, os documentos de habilitação deverão ser apresentados em relação a cada empresa consorciada, observando o item sobre participação em consórcio.

9.3 - Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser enviados, em formato digital, por meio do sistema, e no prazo de até **02 (dois) dias úteis**, contados a partir da solicitação do Pregoeiro no sistema.

9.4 - Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei 14.133/2021).

9.5 - Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.6 - A habilitação será verificada por meio do SICAF e do CRC/ES, nos documentos por eles abrangidos.

9.6.1 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.7 - É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e no CRC/ES e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.7.1 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.8 - Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF e no CRC/ES serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no mesmo prazo de envio dos documentos de habilitação.

9.9 - Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões constitui meio legal de prova.



9.10 - Após a verificação das condições dos itens antecedentes, da apreciação e análise documental, o licitante classificado será declarado habilitado, caso tenha atendido a todas as exigências do Edital e seus Anexos, e, em seguida, o Pregoeiro irá declará-lo licitante vencedor.

9.11 - Se o licitante classificado for inabilitado, o Pregoeiro retornará a etapa de negociação e, em seguida, examinará a oferta subsequente e a respectiva documentação de habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda às exigências do Edital e seus anexos.

9.11.1 - Se todos os licitantes forem desclassificados e/ou inabilitados, o Pregoeiro irá declarar fracassado o item ou grupo de itens correspondente.

9.12 - A declaração do licitante vencedor e o fracasso do item ou grupo de itens deverão observar os procedimentos descritos no tópico referente a fase de recurso.

10 - DOS RECURSOS

10.1 - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei 14.133/2021.

10.2 - O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata referente a declaração de vencedor da licitação ou do fracasso do item ou grupo de itens.

10.3 - Quando se tratar de decisão sobre o julgamento das propostas, habilitação ou inabilitação de licitantes, em que se declarar o vencedor da licitação ou o fracasso um item ou grupo de itens, o Pregoeiro comunicará aos licitantes, por meio do sistema, e com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, acerca da declaração de vencedor ou do fracasso do item ou grupo de itens, bem como da abertura do prazo para manifestação imediata, conforme estabelecem os subitens seguintes:

10.3.1 - A declaração do licitante vencedor ocorrerá na fase de habilitação e o fracasso do item ou grupo de itens na fase de julgamento ou habilitação, conforme o caso, momento em que o sistema tramitará, automaticamente, para a fase de recurso.

10.3.2 - a intenção de recorrer deverá ser manifestada uma única vez e imediatamente na fase de recurso, sob pena de preclusão;

10.3.3 - o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

10.3.4 - o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata referente a declaração de vencedor da licitação ou do fracasso do item ou grupo de itens, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.4 - Os recursos e as contrarrazões deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.



10.5 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6 - Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7 - O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis a contar do término do prazo de apresentação das razões recursais, ficando, desde logo, intimados, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sistema de processo eletrônico E-Docs, no Acesso Cidadão (<https://acessocidadao.es.gov.br/>).

10.11 - Quando se tratar de licitação que adotar o sistema de registro de preços, na hipótese de nenhum licitante manifestar intenção de recorrer ou decididos os recursos apresentados que confirmem a regularidade dos atos praticados, o Pregoeiro comunicará aos licitantes, por meio do sistema, e com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, acerca da convocação para formação de cadastro de reserva, bem como da abertura do prazo para manifestação imediata, conforme estabelecem os subitens seguintes.

10.11.1 - a intenção de aderir deverá ser manifestada uma única vez e imediatamente na fase de recurso, sob pena de preclusão;

10.11.2 - o prazo para a manifestação da intenção de aderir não será inferior a 10 (dez) minutos;

10.11.3 - o prazo para aderir será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata referente a convocação.

10.11.4 - O pedido fora do prazo não será conhecido.

10.11.5 – Todos os pedidos deverão ser deferidos, salvo aqueles que, por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro, poderão ser negados.

10.12 - Encerrado o prazo para manifestação da intenção de aderir e decididos os pedidos apresentados, o Pregoeiro iniciará a fase de adjudicação e homologação.

11 - DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO



11.1 - Inexistindo recursos ou decididos aqueles apresentados e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório e adjudicará o objeto.

11.2 - Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou receber o instrumento equivalente no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

11.2.1 - Considerando a adoção do processo eletrônico E-Docs, a assinatura será realizada mediante usuário e senha (assinatura eletrônica) no Acesso Cidadão (<https://acessocidadao.es.gov.br/>) ou através de certificado digital, conforme acordado entre as partes.

11.2.2 - Não poderão ser utilizadas formas diferentes de assinatura em um mesmo documento.

11.2.3 - No caso de assinatura eletrônica, as partes deverão providenciar uma conta verificada no Acesso Cidadão, conforme instruções contidas no endereço: <https://compras.es.gov.br/conta-verificada>.

11.3 - A Administração poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 90, § 1º, da Lei 14.133/2021, quando solicitado pelo licitante adjudicatário durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.

11.4 - Caso adotado o Sistema de Registro de Preços, observar-se-á o procedimento de convocação e assinatura previsto no tópico específico, bem assim o disposto nos itens antecedentes quando da realização das contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços.

11.5 - Para a formalização da contratação, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

11.6 - Se a proposta não for mais aceitável, ou se o licitante adjudicatário não mais atender às exigências de habilitação, ou se recusar a assinar o contrato, o Pregoeiro observará o disposto no art. 90 e seguintes da Lei 14.133/2021.

12 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - Após a homologação, o licitante adjudicatário terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais.

12.2 - O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante adjudicatário, desde que a solicitação seja tempestiva e devidamente justificada e a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

12.3 - Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação



do licitante adjudicatário a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

12.4 - O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

12.5 - Na hipótese de inviabilidade técnica de publicação no PNCP, a publicação de que trata o caput deverá ocorrer no Diário Oficial do Estado.

12.6 - A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

12.7 - Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo licitante adjudicatário.

12.8 - Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.8.1 - dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

12.8.2 - dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.9 - Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.9.1 - A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante adjudicatário.

12.9.2 - Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.10 - A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.10.1 - quando o licitante adjudicatário não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.10.2 - quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 51 e 52 do Decreto 5354-R/2023.

12.11 - Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas por ele a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:



12.11.1 - convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.11.2 - adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1 - Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei 14.133/2021, o licitante ou adjudicatário que, com dolo ou culpa:

13.1.1 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

13.1.2 - salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

13.1.2.1 - não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2 - recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3 - pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

13.1.2.4 - deixar de apresentar amostra;

13.1.2.5 - apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.1.3 - não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, ou recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.4 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

13.1.5 - fraudar a licitação;

13.1.6 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.6.1 - agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.6.2 - induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.6.3 - apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.7 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;



13.1.8 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013;

13.2 - Reputar-se-á comportamento inidôneo, exemplificativamente, os tipificados nos arts. 337-F a 337-M do Código Penal e no art. 5º da Lei 12.846/2013, bem como a declaração falsa quanto às condições de participação e quanto ao enquadramento como ME/EPP.

13.3 - O licitante ou adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade penal e civil, às seguintes sanções:

13.3.1 - multa de 0,5% até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado para os lotes em que participou o licitante;

13.3.2 - impedimento de licitar e contratar; e

13.3.3 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.4 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.5 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se além da disciplina legal e regulamentar, o disposto no Termo de Contrato e/ou no Termo de Referência quanto ao procedimento e outras condições.

13.6 - As sanções por atos praticados durante a execução do contrato estão previstas no Termo de Contrato e/ou no Termo de Referência.

14 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1 - Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da legislação ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2 - A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados pelo **Sistema Integrado de Gestão Administrativa – SIADES** (<https://portalsiades.es.gov.br/>) ou protocolizados no órgão realizador do certame, **de 9 às 17 horas**, ou enviadas para o e-mail pregao@prodest.es.gov.br. Somente serão aceitas impugnações protocolizadas se assinadas pelo impugnante.

14.3 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.3.1 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

14.4 - Caso o Pregoeiro decida pela improcedência da impugnação ao ato convocatório, deverá encaminhar o processo para a Autoridade Competente, a quem competirá, nesse caso, ratificar ou alterar a decisão do Pregoeiro.



14.5 - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14.6 - Qualquer modificação no edital será divulgada pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

14.7 - A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada por publicação em campo próprio do sistema e juntamente com o Edital e seus Anexos, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, ficando os interessados obrigados a acessar o endereço para a obtenção das informações prestadas.

15 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 - Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3 - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9 - Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10 - O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no **Sistema Integrado de Gestão Administrativa – SIADES** (<https://portalsiades.es.gov.br/>).



Governo do Estado do Espírito Santo

Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos – SEGER

Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo



15.11 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II – Requisitos de Habilitação

Anexo III - Modelos do Edital

Anexo IV – Minuta de Ata de Registro de Preços

Anexo V – Minuta de Termo de Contrato

Vitória, 09 de abril de 2026.

Rúbia Demuner

Agente de Contratação/Pregoeira

Instrução de Serviço nº 031-P de 03 de junho de 2024



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

- 1.1.** Registro de Preços para aquisição e atualização de licenças perpétuas do Zimbra Network Edition (nas modalidades Standard, Professional e EWS), contemplando a versão mais atualizada com suporte técnico oficial pelo período de 12 (doze) meses. Inclui-se, ainda, a contratação de solução corporativa de filtragem antispam, com proteção contra ameaças avançadas e ataques direcionados, além dos serviços de implantação, capacitação técnica e suporte especializado pelo mesmo período, visando garantir a segurança, disponibilidade e continuidade operacional da plataforma de e-mail institucional do PRODEST.
- 1.2.** A opção pela adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) deve-se ao fato de existir certa imprevisibilidade no quantitativo a ser definido na contratação, tornando a aquisição da solução através de registro de preço necessária, além deste sistema ser um forte aliado aos princípios da eficiência e da economicidade, por ser um procedimento que resulta em vantagens à Administração, reduzindo a quantidade de licitações, por registrar preços e disponibilizá-los por um ano, em Ata, para quando surgir a necessidade, executar o objeto registrado, sem entraves burocráticos.
- 1.3.** A Ata de Registro de Preços será utilizada exclusivamente pelo PRODEST. A adesão de órgãos não participantes estará condicionada à anuência do órgão gerenciador.
- 1.4.** A Ata de Registro de Preços terá validade de 01 ano, podendo ser prorrogada por mais 01 ano, conforme determina Lei Federal 14.133 e o Decreto estadual Nº 5354-R/2023.
- 1.5.** Descritivo dos itens conforme tabela a seguir:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	Valor Unitário Estimado (12 meses)	Valor Máximo Total Estimado (12 meses)
	1	Contratação de atualização de licenças de uso perpétuo de software Synacor Zimbra Network Edition Standard na	48.868 Licenças	R\$ 44,25	R\$ 2.162.409,00



1		última versão disponibilizada com garantia de 12 meses.			
	2	Contratação de atualização de licenças de uso perpétuo de software Synacor Zimbra Network Edition Professional na última versão disponibilizada com garantia de 12 meses.	10.532 Licenças	R\$ 74,65	R\$ 786.213,80
	3	Contratação de atualização de licenças de uso perpétuo de software Synacor Zimbra Network Edition EWS na última versão disponibilizada com garantia de 12 meses.	25 Licenças	R\$6,87	R\$ 171,75
	4	Contratação de Novas licenças de uso perpétuo de software Synacor Zimbra Network Edition Standard na última versão disponibilizada com garantia de 12 meses.	29.118 Licenças	R\$ 174,89	R\$ 5.092.447,02
	5	Contratação de Novas licenças de uso perpétuo de software Synacor Zimbra Network Edition Professional na última versão disponibilizada com garantia de 12 meses.	1.532 Licenças	R\$ 326,37	R\$ 499.998,84
	6	Serviço de suporte técnico de parceiro do fabricante especializado no produto Synacor Zimbra Network Edition, durante a vigência do contrato, sob demanda por esforço.	862 UST	R\$ 87,85	R\$ 75.726,70
2	1	Contratação de licenças para solução corporativa de gateway de segurança de correio eletrônico para até 59.400 contas com garantia de 12 meses.	59.400 Licenças	R\$ 110,50	R\$ 6.563.700,00



2	Serviço de implantação e configuração de solução de segurança para correio com garantia de 12 meses.	01	R\$ 139.668,00	R\$ 139.668,00
3	Renovação de licenças para solução corporativa de gateway de segurança de correio eletrônico com garantia de 12 meses.	59.400 Licenças	R\$ 56,18	R\$ 3.337.092,00
4	Serviço de Suporte Técnico Especializado no produto ofertado para a Solução de Gateway de Correio Eletrônico corporativo.	790 UST	R\$ 93,15	R\$ 73.588,50
5	Treinamento Oficial na ferramenta de gerenciamento da solução de gateway de segurança de e-mail.	1 Un.	R\$ 12.600,00	R\$ 12.600,00
Total				R\$ 18.743.615,61

1.6. Os seguintes itens foram agrupados:

1.6.1. Grupo 1

- 1.6.1.1 Item: 1 Contratação de atualização de licenças de uso perpétuo de software Synacor Zimbra Network Edition Standard na última versão disponibilizada com garantia de 12 meses.
- 1.6.1.2 Item: 2 Contratação de atualização de licenças de uso perpétuo de software Synacor Zimbra Network Edition Professional na última versão disponibilizada com garantia de 12 meses.
- 1.6.1.3 Item: 3 Contratação de atualização de licenças de uso perpétuo de software Synacor Zimbra Network Edition EWS na última versão disponibilizada com garantia de 12 meses.
- 1.6.1.4 Item: 4 Contratação de Novas licenças de uso perpétuo de software Synacor Zimbra Network Edition Standard na última versão disponibilizada com garantia de 12 meses.



1.6.1.5 Item: 5 Contratação de Novas licenças de uso perpétuo de software Synacor Zimbra Network Edition Professional na última versão disponibilizada com garantia de 12 meses.

1.6.1.6 Item: 6 Serviço de suporte técnico de parceiro do fabricante especializado no produto Synacor Zimbra Network Edition, durante a vigência do contrato, sob demanda por esforço.

1.6.2. **Grupo 2**

1.6.1.7 Item: 1: Contratação de licenças para solução corporativa de gateway de segurança de correio eletrônico para até 59.400 contas com garantia de 12 meses.

1.6.1.8 Item: 2: Serviço de implantação e configuração de solução de segurança para correio com garantia de 12 meses.

1.6.1.9 Item: 3: Renovação de licenças para solução corporativa de gateway de segurança de correio eletrônico com garantia de 12 meses.

1.6.1.10 Item: 4: Serviço de Suporte Técnico Especializado no produto ofertado para a Solução de Gateway de Correio Eletrônico corporativo.

1.6.1.11 Item: 5: Treinamento Oficial na ferramenta de gerenciamento da solução de gateway de segurança de e-mail.

1.7. A justificativa para o agrupamento em grupo de itens consiste no fato de que se trata de uma única solução de software, há forte interdependência técnica entre os itens, e além disso o agrupamento das licenças permite ganhos da economia de escala e facilita o contato com a CONTRATADA;

1.8. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

1.9. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 5.352-R/2023.

1.10. O prazo de vigência da contratação, considerado o cronograma de execução desenvolvido, será de 12 meses, renováveis por igual período por até 60 meses, tendo sido definido com base nas razões expostas no Estudo Técnico Preliminar.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo (PRODEST), na qualidade de entidade responsável pela sustentação das soluções



de tecnologia da informação no âmbito do Governo Estadual, demanda a contratação de soluções que assegurem a continuidade, a segurança e a eficiência do serviço corporativo de correio eletrônico utilizado pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual. Nesse contexto, a solução de proteção de mensagens eletrônicas deve ser considerada como parte integrante do ecossistema de correio eletrônico, não se confundindo com soluções de proteção de estações de trabalho (antivírus de endpoint), uma vez que atuam em camadas distintas e com objetivos complementares. O mecanismo de proteção em nível de gateway de e-mail desempenha papel estratégico na arquitetura de segurança, atuando de forma centralizada na análise e no controle do tráfego de mensagens antes de sua entrega aos usuários. Tal solução incorpora múltiplos recursos de defesa, como verificação de reputação, listas de controle (blacklist/whitelist), análise comportamental, inspeção de conteúdo, isolamento de ameaças e gerenciamento de quarentena, entre outros.

Essas funcionalidades operam de maneira integrada ao ambiente de correio eletrônico, promovendo uma proteção coordenada e eficaz, de modo a assegurar que apenas comunicações legítimas e seguras sejam disponibilizadas aos usuários finais. Dessa forma, a contratação conjunta das soluções de correio eletrônico e de proteção em gateway justifica-se pela necessidade de garantir a integridade, a confiabilidade e a eficiência do serviço como um todo, sendo que a sua dissociação pode acarretar prejuízos à segurança e à operação do ambiente.

Por fim, destaca-se que a criticidade do serviço de correio eletrônico institucional impõe a adoção de medidas planejadas que assegurem sua continuidade, disponibilidade e capacidade de evolução, em consonância com as demandas da Administração Pública.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1.ITEM 1 - GRUPO 1: Contratação de atualização de licenças de uso perpétuo de software Synacor Zimbra Network Edition Standard na última versão disponibilizada com garantia de 12 meses.

- 3.1.1. O licitante vencedor deverá fornecer atualização até 48.868 (quarenta e oito mil e oitocentos e sessenta e oito) licenças perpétuas de software de sistema de correio eletrônico Synacor Zimbra Network Edition Standard para usuários.
- 3.1.2. As licenças contratadas, sejam elas resultantes de aquisição inicial ou de futuras contratações ao longo da vigência contratual, deverão ser fornecidas com garantia oficial do fabricante pelo período mínimo de 12 (doze) meses, contados da data de ativação de cada licença



individualmente. Esta condição se aplica tanto à vigência inicial do contrato quanto a eventual prorrogação, de modo a assegurar a continuidade do suporte e das atualizações técnicas durante todo o ciclo de vida das licenças contratadas.

- 3.1.3. Para fins de composição de preços e adequada formulação da proposta, informa-se que **atualmente existem 19.750 licenças com vencimento em 01 de abril de cada exercício**, cujas renovações deverão ser contempladas no escopo contratual. As licenças que vierem a ser adquiridas durante a vigência do contrato terão seus prazos de expiração ajustados de forma proporcional, com base na data de sua ativação, observando o período mínimo de 12 (doze) meses de vigência, nos termos da cláusula 3.1.2.
- 3.1.4. Entende-se atualização de versão como direito para atualização do software, incluindo versões maiores (major releases), versões de manutenção (patches releases) e atualizações (updates) que forem disponibilizadas para o software Synacor Zimbra Network Edition Standard e seus componentes, tradicionalmente disponibilizadas pela Synacor.
- 3.1.5. A renovação das licenças abrange a atualização integral da solução para a versão mais recente e estável do fabricante, sendo este item passível de prorrogação em eventuais renovações contratuais.
- 3.1.6. Após a solicitação formal do CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá entregar a(s) licença(s) atualizadas em até 15 dias úteis.

3.2. ITEM 2 - GRUPO 1: Contratação de atualização de licenças de uso perpétuo de software Synacor Zimbra Network Edition Professional na última versão disponibilizada com garantia de 12 meses.

- 3.2.1. O licitante vencedor deverá fornecer atualização para até 10.532 (Dez mil, quinhentos e trinta e duas) licenças perpétuas de software de sistema de correio eletrônico Synacor Zimbra Network Edition Professional para usuários.
- 3.2.2. As licenças contratadas, sejam elas resultantes de aquisição inicial ou de futuras contratações ao longo da vigência contratual, deverão ser fornecidas com garantia oficial do fabricante pelo período mínimo de 12 (doze) meses, contados da data de ativação de cada licença individualmente. Esta condição se aplica tanto à vigência inicial do contrato quanto a eventual prorrogação, de modo a assegurar a continuidade do suporte e das atualizações técnicas durante todo o ciclo de vida das licenças contratadas.



- 3.2.3. Para fins de composição de preços e adequada formulação da proposta, informa-se que **atualmente existem 9.000 licenças com vencimento em 01 de abril de cada exercício**, cujas renovações deverão ser contempladas no escopo contratual. As licenças que vierem a ser adquiridas durante a vigência do contrato terão seus prazos de expiração ajustados de forma proporcional, com base na data de sua ativação, observando o período mínimo de 12 (doze) meses de vigência, nos termos da cláusula 3.2.2.
- 3.2.4. Entende-se atualização de versão como direito para atualização do software, incluindo versões maiores (major releases), versões de manutenção (patches releases) e atualizações (updates) que forem disponibilizadas para o software Synacor Zimbra Network Edition Professional e seus componentes, tradicionalmente disponibilizadas pela Synacor.
- 3.2.5. Após a solicitação formal do CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá entregar a(s) licença(s) atualizadas em até 15 dias úteis.

3.3.ITEM 3 - GRUPO 1: Contratação de atualização de licenças de uso perpétuo de software Synacor Zimbra Network Edition EWS na última versão disponibilizada com garantia de 12 meses.

- 3.3.1. O licitante vencedor deverá fornecer atualização para 25 (vinte e cinco) licenças perpétuas de software de sistema de correio eletrônico Synacor Zimbra Network para usuários com sincronização completa de itens em dispositivos compatíveis com o protocolo EWS.
- 3.3.2. As licenças contratadas deverão ser fornecidas com garantia oficial do fabricante pelo período mínimo de 12 (doze) meses, contados da data de ativação de cada licença individualmente. Esta condição se aplica tanto à vigência inicial do contrato quanto a eventual prorrogação, de modo a assegurar a continuidade do suporte e das atualizações técnicas durante todo o ciclo de vida das licenças contratadas.
- 3.3.3. Para fins de composição de preços e adequada formulação da proposta, informa-se que **atualmente existem 25 licenças com vencimento em 01 de abril de cada exercício**, cujas renovações deverão ser contempladas no escopo contratual.
- 3.3.4. Entende-se atualização de versão como direito para atualização do software, incluindo versões maiores (major releases), versões de manutenção (patches releases) e atualizações (updates) que forem disponibilizadas para o software Synacor Zimbra Network Edition



EWS e seus componentes, tradicionalmente disponibilizadas pela Synacor.

- 3.3.5. Após a solicitação formal do CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá entregar a(s) licença(s) atualizadas em até 15 dias úteis.

3.4.ITEM 4 - GRUPO 1: Contratação de Novas licenças de uso perpétuo de software Synacor Zimbra Network Edition Standard na última versão disponibilizada com garantia de 12 meses.

- 3.4.1. As licenças deverão ser fornecidas para uso perpétuo e com garantia oficial do fabricante a partir da data inicial da ativação até o prazo final de 12 meses.
- 3.4.2. As licenças a serem entregues deverão apresentar as mesmas funcionalidades técnicas e devem ser compatíveis com as que estão em produção no ambiente do CONTRATANTE; A solução deverá ser fornecida na última versão disponibilizada pelo fabricante.
- 3.4.3. Após a solicitação formal do CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá entregar a(s) licença(s) em até 15 dias úteis.

3.5.ITEM 5 - GRUPO 1: Contratação de Novas licenças de uso perpétuo de software Synacor Zimbra Network Edition Professional na última versão disponibilizada com garantia de 12 meses.

- 3.5.1. As licenças deverão ser fornecidas para uso perpétuo e com garantia oficial do fabricante a partir da data inicial da ativação até o prazo final de 12 meses.
- 3.5.2. As licenças a serem entregues deverão apresentar as mesmas funcionalidades técnicas e devem ser compatíveis com as que estão em produção no ambiente do CONTRATANTE; A solução deverá ser fornecida na última versão disponibilizada pelo fabricante.
- 3.5.3. Após a solicitação formal do CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá entregar a(s) licença(s) em até 15 dias úteis.

3.6.ITEM 6 – GRUPO 1 - Serviço de suporte técnico de parceiro do fabricante especializado no produto Synacor Zimbra Network Edition, durante a vigência do contrato, sob demanda por esforço.

- 3.6.1. Prestar serviços de suporte técnico reativo ou proativo, local ou remoto, para a resolução de problemas técnicos relativos ao software e ao ambiente de alta disponibilidade de correio eletrônico baseado na solução ofertada. Este atendimento deverá suportar a solução implantada, auxiliando a equipe do CONTRATANTE a manter as



melhores práticas na manutenção do ambiente. São esperadas atividades que realizem ajuste fino da instalação visando sempre a melhoria de performance, instalação de novas funcionalidades, homologação de novos recursos, planejamento e implementação de novas arquiteturas bem como passagem de conhecimento para a equipe do CONTRATANTE.

- 3.6.2. A natureza deste serviço é contínua, ou seja, ele deverá permanecer ativo enquanto estiverem vigentes as licenças correspondentes aos itens 1 a 6 do GRUPO 1.
- 3.6.3. Os valores estimados para o catálogo de serviços possuem como referência as definições constantes nesse termo, onde, para cada atividade elencada foi determinada uma unidade de esforço necessário para mitigar o problema ou incidente, denominado UST (Unidade de Suporte Técnico). A Unidade de Suporte Técnico (UST) equivale a uma (01) hora de trabalho efetivo x complexidade, que englobará as atividades tais como planejamento, suporte reativo, suporte proativo e incidentes operacionais.
- 3.6.4. Neste modelo foram definidos previamente todas as tarefas que podem ser demandas, os resultados esperados, os padrões de qualidade exigidos, os procedimentos e qualificações necessárias para a execução, cabendo à CONTRATADA cumprir com as atividades solicitadas dentro do esforço estimado. Tantos as estimativas de esforço, quanto as demandas de atividades de suporte foram baseadas em série histórica, levando em consideração o ambiente de correio eletrônico que o CONTRATANTE utiliza.
- 3.6.5. Em função da complexidade das atividades para as tarefas de suporte previstas no catálogo e na criticidade do uso do serviço em relação ao funcionamento, foram definidos três (03) níveis de complexidade, que são: baixa, média e alta. Proporcionalmente à elevação do nível de complexidade da atividade especificada no catálogo ou sua criticidade, eleva-se também a especialização do profissional que dará cumprimento a execução da atividade, e por consequência, a quantidade de UST deverá ser ajustada para que a contratada possa definir a quantidade e a qualificação dos profissionais que darão atendimento às ordens de serviços.
- 3.6.6. O quadro de complexidade a seguir define a correlação entre a complexidade de cada atividade e a quantidade de UST's equivalentes:



Complexidade e da atividade	Sigla	Definição da atividade	Peso
Baixa	B	Atividades que envolvem grau de especialização de primeiro nível ou para chamados técnicos do tipo “Advisor” que auxiliam na resolução de dúvidas, interpretação de relatórios ou logs, e/ou no funcionamento técnico da solução.	01 unidade
Média	M	Atividades que envolvem grau de especialização de segundo nível, como resolução de incidentes, desenvolvimento de scripts e correção de código, correção de bugs, isolamento e correção de falhas, atividades corretivas/proativas de manutenção e suporte técnico, aplicação de patch, implantação de novas versões, migrações, correções de parâmetros e padrões da solução.	03 unidades
Alta	A	Atividades que envolvem grau de especialização de terceiro nível, como estudo de viabilidade e desempenho, planejamento de uma solução técnica corporativa, planejamento e coordenação de testes na ferramenta, análise da infraestrutura da solução técnica.	06 unidades

Tabela - Tipos de Complexidade para o produto Synacor Zimbra Network Edition

- 3.6.7. A tabela “Tipos De Complexidade” define a complexidade de cada atividade e a quantidade de UST equivalente a cada tipo de atividade. As atividades descritas nesta tabela não são únicas. Caso seja necessário, e por requisição do gestor do contrato, poderão ser executadas atividades relativas ao objeto deste contrato, sempre de forma justificada, e previamente acordada com a CONTRATADA. Desta forma, as mesmas regras e critérios estabelecidos na tabela



“Tipos de Complexidade” serão aplicados, e o esforço de hora será estipulado pelo CONTRATANTE.

- 3.6.8. Para o cálculo de UST por atividade, será necessário multiplicar o esforço hora pela complexidade, definido da tabela “Tipos de Complexidade”. A coluna UST anual, indica a quantidade estimada de UST anuais por atividade.

Serviço de Suporte Técnico na Solução de Correio Eletrônico Corporativo	Esforço (Hora)	Complexidade	Qtd Anual	Ust Anual
Verificar e analisar logs e performance da ferramenta ofertada com emissão de relatório detalhado.	06	B	03	18
Apoiar nas configurações de componentes do software/ferramenta.	06	M	03	54
Executar atividades de suporte e incidentes em componentes e serviços que compõem o software/ferramenta ofertada.	06	M	07	126
Executar atividades de apoio na implantação de uma ferramenta de backup e armazenamento para a solução.	06	M	02	36
Executar atividades de suporte a problemas na execução das rotinas de backup e armazenamento a partir de uma ferramenta de backup para a solução de segurança de mensageria.	06	M	04	72



Executar atividades de suporte a problemas na execução das rotinas de atualização (<i>update/patch</i>) para a solução.	06	M	04	72
Executar atividades de manutenções corretivas no ambiente de alta disponibilidade da solução ofertada.	06	M	03	54
Executar atividades de suporte em caso de lentidão e/ou paradas de qualquer dos componentes e serviços da solução de segurança de mensageria.	06	M	06	108
Executar atividade de suporte em caso de problemas e erros relativos aos pacotes de requisitos necessários à solução.	06	M	03	54
Executar atividades de suporte em caso de mal funcionamento do ambiente de alta disponibilidade da solução ofertada, que leve à perda ou omissão das informações.	06	M	02	36
Executar atividades de que apoiem e sanem ataques a vírus, spams, DDoS, e epidemias da Internet que envolvam o ambiente de alta disponibilidade da solução de segurança de mensageria.	06	M	02	36
Fornecer e apoiar o uso de utilitários que visam facilitar as atividades de administração e manutenção do ambiente da solução de segurança de mensageria.	04	B	02	08



Apoiar na resolução de dúvidas sobre o funcionamento de componentes que envolvem a solução.	04	B	02	08
Executar atividades de suporte em caso de uso excessivo de recursos do ambiente por qualquer dos componentes da solução.	06	M	04	72
Instalar e configurar agentes para o monitoramento das instancias e serviços que executam no ambiente.	06	M	02	36
Executar atividades relacionadas a migração e/ou atualização de versões consideradas “major releases”	24	M	01	72
TOTAL	110	-	50	862

Tabela – Quantitativos de UST para o produto Synacor Zimbra Network Edition

- 3.6.9. Todas as atividades relacionadas na tabela “Quantitativo de UST” que tenham relação ao objeto deste contrato deverão ser formalizados através de ordens de serviços ou chamados e deverão ser autorizados pelo gestor do contrato, desde que não ultrapassem a quantidade de UST’s estimadas neste termo de referência.
- 3.6.10. O esforço pré-estabelecido em todas as atividades descritas na tabela de “Quantitativo de UST”, abrange as atividades desenvolvidas e executadas em ambiente de testes, depois homologadas e aplicadas finalmente em ambiente de produção do CONTRATANTE, com sua devida documentação fornecida.
- 3.6.11. Toda e qualquer atividade desenvolvida pela CONTRATATA possui contabilizados no esforço, eventuais falhas e problemas que possam ocorrer durante a sua execução, sendo de responsabilidade da CONTRATATA resolver as pendências técnicas de modo a atender à solicitação do chamado.
- 3.6.12. A quantidade anual descrita na tabela “Quantitativo de UST”, se refere a um valor médio adotado para cômputo da estimativa das atividades dos serviços contratados. Estas atividades anuais previstas devem



ser consideradas exclusivamente como volume máximo dos serviços prestados por ano de vigência do contrato.

- 3.6.13. Os chamados poderão ser abertos através da Internet via sistema de Help Desk, com interface WEB. O sistema WEB de HelpDesk disponibilizado pela CONTRATADA, deverá permitir o controle, por parte do CONTRATANTE, de todos os chamados e atendimentos realizados, em aberto ou fechados, além de permitir a emissão de relatórios que mostrem o tipo de atendimento e quantidade de horas demandadas.
- 3.6.14. Os serviços de manutenção e suporte serão executados em regime de 8x5 (oito horas por dia, cinco dias por semana) no período das 8:30h às 18:00h de segunda à sexta, exceto feriados nacionais.
- 3.6.15. Forma de atendimento: Os trabalhos deverão ser desenvolvidos por técnicos e consultores capacitados e certificados da CONTRATADA, preferencialmente através videoconferência para solução de problemas e operação dos componentes tecnológicos ou da intervenção remota através da Internet, utilizando para isto de ferramentas que garantam a confidencialidade das informações.
- 3.6.16. A CONTRATANTE poderá ser solicitado a executar atividades para determinação e resolução do problema, conforme sugerido pela CONTRATADA. As atividades para determinação ou resolução do problema podem incluir a execução de rastreamento na rede, captura de mensagens de erro, logs do ambiente e coleta de informações de configuração.
- 3.6.17. O encerramento do chamado será efetuado pela CONTRATANTE quando da conclusão dos serviços.
- 3.6.18. Tempo de resposta aos chamados: Os chamados de manutenção e suporte realizados deverão ser respondidos em um prazo compatível com o nível de urgência especificado pelo CONTRATANTE no momento da abertura do chamado, conforme descrito a seguir:

Nível do Problema	Descrição	Remoto	Local
Crítico	Serviço completamente indisponível	Até 2h	Até 24h
Severo	Serviço operando parcialmente	Até 4h	Até 24h



Alerta	Serviço com degradação de performance ou funcionalidade	Até 8h	Até 48h
--------	---	--------	---------

Tabela – Criticidade de Serviço para o produto Synacor Zimbra Network Edition

- 3.6.19. Tempo de solução: o tempo de solução de problemas dependerá de sua extensão, gravidade, disponibilidade de recursos de hardware e software. A CONTRATADA deverá fornecer uma estimativa de tempo para solução do problema dentro da primeira hora de atendimento.
- 3.6.20. Os prazos de atendimento poderão ser prorrogados, desde que aceitas pelo CONTRATANTE as justificativas apresentadas pela CONTRATADA que revelem a necessidade de dilatação do prazo.
- 3.6.21. Atendimento no local: Nos casos onde a intervenção remota não for efetiva, ou seja, após decorrido o prazo da estimativa de tempo fornecido para a solução do problema, a CONTRATADA deverá imediatamente, as suas custas, deslocar para a sede do CONTRATANTE um técnico com o perfil necessário para atender ao problema em no máximo até 48 (quarenta e oito horas), dependendo do nível do problema, conforme Tabela – Criticidade de Serviço, exposta acima.
- 3.6.22. O técnico da CONTRATADA deverá apresentar, no ato do atendimento, credenciamento (crachá da empresa) e documento de identidade pessoal (RG), para efetuar qualquer serviço nas dependências do Prodest.
- 3.6.23. Manter durante toda a vigência do contrato canal de comunicação para solução de problemas junto ao fabricante oficial do software de correio ofertado, seja via web ou por telefone.
- 3.6.24. Informar à CONTRATANTE, quando da assinatura do contrato, as credenciais para acompanhamento de chamados junto ao fabricante oficial da solução. Este acompanhamento de chamados de suporte com o fabricante da solução deverá ser através da web ou via videoconferência com o fabricante, sem ônus financeiros adicionais para o CONTRATANTE.
- 3.6.25. Caso sejam constatados problemas com o software de correio, tais como: mau funcionamento, erros de codificação, ou outras condições que impeçam/atrapalhem a execução das atividades dos usuários ou administradores da solução ofertada, que a CONTRATADA não consiga solucionar ou que extrapole seu campo de ação e



conhecimento, deverá esta abrir chamado direto com o fabricante oficial da solução ofertada para tratamento do problema.

3.7.ITEM 1 – GRUPO 2: Contratação de licenças para solução corporativa de gateway de segurança de correio eletrônico para até 59.400 contas com garantia de 12 meses.

- 3.7.1. As licenças a serem entregues deverão ser aplicadas na implantação descrita no Item 2 do Grupo 2.
- 3.7.2. As licenças fornecidas deverão ser compatíveis com as versões atualizadas do produto, conforme disponibilizadas pelo fabricante.
- 3.7.3. As licenças fornecidas devem ser na modalidade on-premises. Ou seja, localmente na estrutura da CONTRATANTE.
- 3.7.4. A CONTRATADA deverá fornecer licenças adicionais sempre que solicitado pelo CONTRATANTE.
- 3.7.5. A cada novo pedido de licenças, o CONTRATANTE informará à CONTRATADA a nova quantidade de domínios que a solução deverá atender, com o objetivo de verificar a necessidade de redimensionamento do appliance virtual originalmente instalado no Item 2 do Grupo 2.
- 3.7.6. A cada novo pedido de licenças, o CONTRATANTE informará à CONTRATADA a nova quantidade de mensagens por hora que a solução deverá atender, com o objetivo de verificar a necessidade de redimensionamento do appliance virtual originalmente instalado no Item 2 do Grupo 2, sempre na proporção de 3,5 mensagens por hora/conta.
- 3.7.7. Caso a quantidade adicional de licenças solicitadas, a ampliação no número de domínios ou o aumento na quantidade de mensagens por hora a serem processadas pela solução exija a substituição do appliance virtual originalmente instalado, a CONTRATADA deverá providenciar e disponibilizar um novo appliance virtual sem ônus adicional ao CONTRATANTE.
- 3.7.8. A CONTRATADA deverá comunicar ao CONTRATANTE todas as alterações técnicas necessárias para adaptar o ambiente à nova demanda apresentada.
- 3.7.9. A CONTRATADA deverá executar os procedimentos necessários para a alteração do ambiente implantado no Item 2 do Grupo 2, caso a modificação envolva a inclusão ou substituição de appliances virtuais sem ônus adicional ao CONTRATANTE.



- 3.7.10. A CONTRATADA deverá acompanhar e fornecer o suporte necessário ao CONTRATANTE nas atividades de alteração do ambiente implantado no item 2 do grupo 2, quando a modificação envolver apenas a inclusão de processadores, memória ou armazenamento nos appliances virtuais sem ônus adicional ao CONTRATANTE.
- 3.7.11. Em ambos os casos de expansão do ambiente mencionados anteriormente, a CONTRATADA deverá acompanhar e fornecer o suporte necessário, presencial ou remoto, ao CONTRATANTE, com o objetivo de monitorar o ambiente e verificar o correto funcionamento da solução sem ônus adicional ao CONTRATANTE.
- 3.7.12. As licenças deverão ser aplicadas em uma solução escalável para atender à demanda inicial de recebimento e transferência de mensagens de 150 domínios independentes mantidos pelo CONTRATANTE, com possibilidade de expansão para até 250 domínios independentes.
- 3.7.13. As licenças deverão ser aplicadas em uma solução capaz de atender, inicialmente, à demanda de envio e recebimento de mensagens de 28.750 caixas postais, com possibilidade de expansão para até 59.400 caixas postais na solução de correio eletrônico em backend.
- 3.7.14. As licenças deverão ser aplicadas em uma solução com capacidade para processar, no mínimo, 100.000 (cem mil) mensagens por hora, com a possibilidade de expansão para até 350.000 (trezentos e cinquenta mil) mensagens por hora com um tamanho médio por mensagem de 30Kb. mediante solicitação do CONTRATANTE, conforme proporção especificada neste item.
- 3.7.15. As licenças deverão ser aplicadas em uma solução composta pelo fornecimento do software base, devidamente homologado e na versão mais recente disponibilizada pelo fabricante, incluindo as subscrições dos módulos de antivírus, Antispam, Antimalware, Antiphishing e demais mecanismos de inspeção e higienização de mensagens.
- 3.7.16. Fornecimento das imagens virtuais, licenças de uso e assinaturas de software antivírus, antispam antimalware, e antiphishing, bem como demais filtros inerentes, que deverá ser fornecido, instalado e configurado no ambiente de virtualização existente no CONTRATANTE, baseado na plataforma Vmware vSphere 8 ou superior.
- 3.7.17. Os modelos das imagens virtuais (appliance virtual) a serem fornecidos deverão atender completamente os requisitos técnicos, de maneira a manter completamente a compatibilidade e integridade da



- regra de negócio em uso. Isto inclui a capacidade do volume de processamento de mensagens, a alta disponibilidade, a capacidade de clusterização da solução e o incremento da capacidade de armazenamento de logs centralizados, na geração de relatórios centralizados e na capacidade de quarentenar mensagens centralizadas.
- 3.7.18. As licenças da solução deverão ser fornecidas na última versão estável disponibilizada pelo fabricante, de maneira a atender ao preceito da alta disponibilidade, bem como o ambiente de alto desempenho.
- 3.7.19. As licenças deverão ser aplicadas em uma solução com alta disponibilidade de modo a garantir que se algum componente da solução falhe, os outros nós virtuais sustentem completamente a carga e mantenham todas as características da solução, atendendo a demanda de uso, garantindo performance mínima para funcionamento da solução.
- 3.7.20. Permitir a entrega de mensagens a servidores de caixas postais (mailboxes) específicos baseado no domínio destino da mensagem.
- 3.7.21. Deverá possibilitar tráfego de entrada (inbound) e saída (outbound) na mesma solução, mas possibilitar gerenciamento de políticas em separado.
- 3.7.22. Possuir sistema desenvolvido para otimizar as filas de mensagens.
- 3.7.23. Deverá ser fornecido as updates de atualização dos sistemas para todos os softwares envolvidos que farão parte da solução corporativa de gateway de correio eletrônico do CONTRATANTE. Além disso, deverá ser possível abrir chamados a fim de apoiar, remotamente ou localmente, a equipe do CONTRATANTE na investigação e resolução de incidentes relacionados ao ambiente de que compõe a solução corporativa de gateway de correio eletrônico.
- 3.7.24. Deverão ser fornecidas as atualizações de software, aplicação de patches e correções de bugs sempre que surgirem novos releases, sem custo adicional durante o período de 12 (doze) meses contrato ativo.
- 3.7.25. Em caso de perda de um ou mais nós virtuais, por qualquer motivo, haverá necessidade de fornecimento de nova(s) imagem(ens) virtual(is) que deverá ocorrer no primeiro dia útil subsequente à identificação e constatação do problema. Ficará sob responsabilidade da CONTRATADA o envio e a disponibilização da imagem correspondente ao(s) nós(s) virtual(is) a ser(em) substituído(s), além



da responsabilidade de execução das atividades operacionais necessárias para reconstruir o ambiente de cluster.

- 3.7.26. Suportar no mínimo 3.000 (três mil) conexões SMTP simultâneas, considerando apenas 01 nó de um cluster.

Das características do MTA:

- 3.7.27. Deve ser capaz de rotear mensagens para os servidores de caixas postais e para a internet e vice-versa, ainda que os licenciamentos das engines de antivírus, antispam, antimalware, anti-phishing e demais filtros estiveram com o licenciamento expirados;
- 3.7.28. Possuir ação de limpeza para os arquivos anexados às mensagens;
- 3.7.29. Permitir a verificação em tempo real, manual ou agendada de filas de mensagens;
- 3.7.30. Permitir a verificação e o bloqueio de arquivos anexos baseado em sua extensão, tamanho, tipo real do arquivo (independente da extensão) e dentro de arquivos compactados e imagens;
- 3.7.31. Realizar a verificação contra códigos maliciosos no corpo da mensagem;
- 3.7.32. Possuir a detecção de SPAMs utilizando tecnologia heurística, podendo ser configurada a sensibilidade da ferramenta;
- 3.7.33. Possuir a detecção de SPAMs utilizando tecnologia do filtro Bayesiano;
- 3.7.34. Possuir limites ajustáveis de sensibilidade do filtro antispam;
- 3.7.35. Possibilidade de envio de mensagens categorizadas como SPAM para pasta específica de quarentena, disponibilizada pela ferramenta;
- 3.7.36. Possuir a detecção de mensagens do tipo “phishing”, com conteúdo que possua uma URL que aponte para um endereço malicioso ou suspeito;
- 3.7.37. Permitir a verificação contra conteúdos não autorizados dentro dos arquivos anexados nas mensagens;
- 3.7.38. Possibilitar marcar as mensagens detectadas como SPAM em um campo customizável e no campo “assunto”, preservando também o conteúdo original;
- 3.7.39. Permitir o gerenciamento de várias filas de entrega de mensagens, filtrando por domínio ou por IP ou por remetente;
- 3.7.40. Possui habilidade de controlar as sessões SMTP e limitar o tráfego de mensagens, baseado em endereço IP, Range de IPs, Subnet IP, nome de domínio, nome parcial de domínio e reputação do emissor.



- 3.7.41. Capaz de restringir conexões baseado em tamanho máximo de mensagem, no número máximo de destinatários por mensagem, número máximo de mensagens por conexão, número máximo de conexões simultâneas por IP e no número máximo de destinatários por hora.
- 3.7.42. Possibilita limitar o número máximo de conexões simultâneas na solução ou por Daemon SMTP.
- 3.7.43. Possibilitar o bloqueio ou enfileiramento de maus remetentes e definir políticas individuais por remetente (tanto externo quanto interno) baseado em: IP emissor; range de IP; domínio; reputação do emissor; lista DNS.
- 3.7.44. *Rate limit* controlado por endereço de IP, domínio ou reputação do emissor capaz de controlar o número máximo de destinatários trafegados por determinado período de tempo e definir o fluxo de tráfego, baseado em períodos de tempo (em minutos);
- 3.7.45. Rate limit com controle granular de políticas, capaz de: checar DNS reverso e atribui políticas; possibilitar configurar por política; habilitar TLS preferido ou obrigatório; autenticação SMTP preferido ou obrigatório.
- 3.7.46. Roteamento de múltiplos domínios que suportam os seguintes requisitos: roteamento baseado em consultas DNS; roteamento configurado manualmente pelo administrador da solução.
- 3.7.47. Permitir configurar as notificações a serem enviadas para o administrador via e-mail, via protocolo de comunicação instantânea e via SNMP;
- 3.7.48. Deverá possuir monitoramento do tráfego de mensagens em tempo real, que permite identificar parâmetros críticos como volume de mensagens, histórico de conexões, conexões aceitas e rejeitadas, taxa de aceitação e de limites, filtros de reputação correspondentes, número de mensagens de spam positivas e suspeitas e, número de vírus identificados.
- 3.7.49. Deverá possuir monitoramento do fluxo de mensagens em tempo real (detalhes do fluxo de mensagens por domínio e IP). Os fluxos de entrada e saída de mensagens devem ser exibidos separadamente.
- 3.7.50. Possuir recurso que permita adiar e agendar a entrega de determinadas mensagens, por remetente, e/ou por IP de conexão, para um horário e data específicos, configurável;
- 3.7.51. Capacidade para, em caso de epidemia, bloquear a entrada de determinados e-mails, baseado nas características de códigos



- maliciosos, restaurando as configurações originais ao término da epidemia, ambos de forma automática através de políticas recebidas do fabricante;
- 3.7.52. Deverá possuir estatísticas em tempo real de destinatários inválidos, bloqueados por reputação, Spams e vírus encontrados, além das mensagens limpas (por domínio e IP).
 - 3.7.53. Deverá possuir estatísticas em tempo real de mensagens bloqueadas por *rate limit*, conexões rejeitadas, spams e vírus detectados na última hora, no último dia, na última semana e no último mês, além dos bytes recebidos de acordo com o domínio e IP.
 - 3.7.54. Permitir limitar o número de destinatários por mensagem;
 - 3.7.55. Permitir bloqueio temporário ou definitivo de um determinado endereço IP, por número de tentativa de conexão SMTP, configurável.
 - 3.7.56. Possibilitar customização do banner SMTP, o hostname e os códigos de resposta por endereço IP ou grupo de remetentes;
 - 3.7.57. Suporte a múltiplos domínios no(s) mesmo(s) endereço(s) IP.
 - 3.7.58. Permitir gerenciar políticas por endereço ou grupo de endereços baseado em domínio, em remetente e em destinatário;
 - 3.7.59. Permitir criar filtros baseado em conteúdo presente no corpo ou no assunto da mensagem;
 - 3.7.60. Permitir criar filtros definidos pelo tamanho de mensagem;
 - 3.7.61. Permitir criar regras de controle de conteúdo definidos por rotas;
 - 3.7.62. Permitir o bloqueio por bloco de IP;
 - 3.7.63. Deverá possuir controle de fluxo baseado em grupo de remetentes: Blacklists (IP, domínio ou reputação); Whitelists (IP, domínio ou reputação); Possibilitar a criação de vários grupos (por IP, domínio ou reputação); Possibilitar consulta à RBLs/ORBLs na Internet. Whitelist e blacklist de endereços de remetentes e destinatários.
 - 3.7.64. Verificação do remetente através do DNS reverso do IP de origem e, do endereço do remetente;
 - 3.7.65. Suporte LDAP: Verificação de destinatários válidos através do LDAP.
 - 3.7.66. Permite a configuração de relay confiável, de forma que o IP original da origem da mensagem é identificado através do cabeçalho da mensagem (quando o Nós não é a primeira camada de checagem de mensagens);
 - 3.7.67. Suportar interface de quarentena para o usuário final pelo menos em Inglês.



- 3.7.68. Controlar fluxo por domínio de destino, que permite realizar o controle de sessão do fluxo de entrega por domínio de destino;
- 3.7.69. Deve permitir e ter a capacidade de executar a validação do endereço do destinatário (*recipient validation*) de maneira antecipada no tráfego SMTP, de modo que execute uma consulta a um ou vários servidores de caixa de correio posicionados no “*backend*”, antes de aceitar e-mails de entrada para os destinatários. Essa função permite que o sistema de mensageria interrompa a tentativa de entrega de mensagens que contenham destinatários inválidos já no início da tentativa de conexão, na rede de borda da Internet.

Das características de segurança:

- 3.7.70. Deverá prover prevenção a ataques de varredura de diretório (DHAP);
- 3.7.71. Deverá integrar-se com Open LDAP, Active Directory, ou outros servidores LDAP que possibilitam a identificação de usuários inválidos;
- 3.7.72. Rejeitar mensagens para destinatários inválidos durante o diálogo SMTP (prevenir NonDelivery Report Attack);
- 3.7.73. Controlar o número máximo de bounces por hora, de acordo com o número de destinatários inválidos por IP ou range, domínio ou reputação do remetente das mensagens.
- 3.7.74. Deverá suportar a verificação da autenticidade dos remetentes utilizando Domain Keys, DKIM, SPF e Sender ID.
- 3.7.75. Capacidade de assinar as mensagens de saída utilizando Domain Keys e DKIM, permitindo assinaturas com diferentes chaves, baseadas nos domínios de destino;
- 3.7.76. Possuir verificação de bounces para combater ataques de bounce, suportando a substituição do endereço do remetente, utilizando uma etiqueta de verificação de bounce na saída de todas as mensagens. Os bounces que chegam sem a etiqueta são removidos e os que chegam com etiqueta são entregues.
- 3.7.77. Suportar o envio de mensagens através de TLS por domínio de destino.
- 3.7.78. Suportar recebimento de mensagens através de TLS.
- 3.7.79. Possibilitar criar políticas para uso de TLS obrigatoriamente ou preferencialmente.
- 3.7.80. A solução deverá gerar alertas de falhas de negociação TLS.



- 3.7.81. A solução deverá ser capaz de comparar o ID da autenticação SMTP com o cabeçalho da mensagem identificando mensagens com cabeçalhos falsos.
- 3.7.82. Deverá suportar as seguintes ações para essa funcionalidade: Quarentenar; alertar administrador; bloquear a mensagem.

Das características do filtro de reputação:

- 3.7.83. Deve possuir uma base privada de consulta a nível mundial, conceituada, que alimentará automaticamente o filtro do sistema de reputação que monitora o tráfego web e de e-mail, para definir a reputação dos remetentes.
- 3.7.84. Possibilitar o controle de tráfego de e-mail por reputação atribuída por uma rede de reputação, para cada IP que solicitou uma conexão.
- 3.7.85. As informações da rede de reputação também devem ser utilizadas para analisar mensagens, pelo filtro de antispam.
- 3.7.86. Realizar atualização de forma automática das vacinas de antispam, antivírus, antimalware, antiphishing e demais filtros de reputação de forma incremental.
- 3.7.87. Permitir criar exceções para os filtros, definidos por rotas, grupos de usuários ou usuários específicos.

Das características do filtro antispam:

- 3.7.88. Deve possuir no mínimo 3 categorias de SPAM (Spam, Spam Suspeito e Marketing)
- 3.7.89. Deve possuir filtro de spam em múltiplas camadas, que atende aos seguintes requisitos: Filtro de reputação (IP/domínio do remetente); Filtros reativos de antispam; Tecnologia de detecção sensível ao contexto; Tecnologia que engloba reputação de e-mail e web; Técnica de aprendizado adaptativo.
- 3.7.90. Deve possuir filtro antispam integrado na solução;
- 3.7.91. Permitir gerenciamento e configuração de regras do antispam automáticas e atualizadas no máximo a cada 60 minutos;
- 3.7.92. Permitir a detecção de ataques e mudança de políticas em tempo real, permitindo mudar a política de mensagens, também, em tempo real, para possíveis spammers e hackers (por domínio e endereço IP), visando bloquear/criar obstáculo a esses possíveis maus remetentes;
- 3.7.93. Quarentena, que atende aos seguintes requisitos:

- 1.6.1.12 Suportar diversas quarentenas configuradas separadamente;



- 1.6.1.13 Apresentar acesso individual, com autenticação de usuário e senha para cada quarentena;
 - 1.6.1.14 Suportar autenticação por LDAP/AD para que o usuário final possa autenticar na(s) base(s) de quarentena;
 - 1.6.1.15 Enviar mensagens de notificação para o usuário final, quando há mensagens de spam ou suspeitas na quarentena, permitindo, ao usuário, visualizar as mensagens na quarentena e entregar ou apagar as mensagens. A notificação é personalizável e permite o agendamento do envio para, no mínimo, mais de uma vez ao dia;
 - 1.6.1.16 Controla o acesso por quarentena, possibilitando que, através de usuário e senha, o acesso seja dado apenas a usuários que têm o acesso liberado (Exemplo: quarentena “Confidencial” só pode ser acessada pelo administrador).
 - 1.6.1.17 Deve possibilitar ao usuário final a criação de blocklists e safelists com os endereços que eles não querem e querem receber, respectivamente.
 - 1.6.1.18 Deve permitir o gerenciamento da quarentena pelo usuário final, podendo enviar, encaminhar e apagar mensagens que estiverem nela;
 - 3.7.94. Permitir mecanismo que faça o treinamento do filtro de spam a partir de uma base de usuário ou bases correspondentes ao seu domínio;
 - 3.7.95. Deverá possuir mecanismo de treinamento de mensagens para os leitores de e-mail para os quais não exista plugin disponível, através da modificação da mensagem original. Esta modificação deverá funcionar para qualquer cliente de e-mail que suporte a leitura de mensagens HTML;
 - 3.7.96. Possuir um filtro de conteúdo com pesquisa por palavras-chave no cabeçalho e corpo da mensagem, e em arquivos Microsoft Office anexados, utilizando operadores lógicos, no mínimo: AND, OR, OCCUR, NEAR, (,), [,];
 - 3.7.97. Deve possibilitar o armazenamento das mensagens em quarentena na própria solução;
 - 3.7.98. Deve permitir que um usuário ou grupo de usuários utilize diferentes filtros antispam.
- Das características do filtro Antivírus:**
- 3.7.99. Checagem de vírus, que atende aos seguintes requisitos:



- 1.6.1.19 Integrada a solução, permitindo que o administrador defina políticas diferenciadas por grupos de usuários;
 - 1.6.1.20 Deverá gerar relatórios e estatísticas específicos para esta funcionalidade.
 - 3.7.100. Proteção zero day que atende aos seguintes requisitos:
 - 1.6.1.21 Fornecer camada adicional de proteção para dia 0 para surtos de novos vírus.
 - 1.6.1.22 No caso de surtos, a solução deve armazenar, em quarentena, as mensagens que caracterizem risco, por um período de tempo configurável, ou até que as vacinas para os novos vírus sejam liberadas e aplicadas no antivírus, reduzindo o tempo de vulnerabilidade a surtos de novos vírus;
 - 1.6.1.23 Permitir a configuração de exceções de acordo com a extensão do arquivo;
 - 1.6.1.24 Os filtros de proteção deverão permitir a configuração de acordo com o nível de ameaça;
 - 3.7.101. Deverá possuir checagem de arquivos; anexos; arquivos compactados;
 - 3.7.102. Permitir a verificação heurística contra vírus recém-lançados, mesmo sem uma vacina disponível;
 - 3.7.103. Possuir proteção contra Spywares e softwares indesejados;
 - 3.7.104. Prevenir recebimento de mensagens do tipo phishing detectando links de internet no corpo das mensagens que possuem conteúdo malicioso, a partir de uma base de reputação de url;
 - 3.7.105. Deve identificar arquivos criptografado e não escaneável tomando no mínimo a ação de bloquear, alterar cabeçalho, quarentenar ou liberar.
- Das características do filtro AntiMalware:**
- 3.7.106. Deve suportar o bloqueio de arquivos (por tipo e extensão).
 - 3.7.107. Deve permitir o bloqueio de malwares (adware, spyware, hijackers, keyloggers, etc).
 - 3.7.108. Deve suportar descompactação de arquivos com a opção de configurar um nível máximo de subdiretórios a fim de evitar ataques de DDoS.
 - 3.7.109. A solução deve incluir um mecanismo de detecção que pode bloquear worms baseados em padrões conhecidos. Deve também oferecer



uma interface para a adição de arquivo com novos padrões e padrões atualizados do fabricante.

Das características do filtro Antiphishing:

- 3.7.110. Deve bloquear e-mails que contenham links de URL no corpo da mensagem que direcionam para sites de phishing conhecidos ou se eles contiverem palavras-chave de phishing conhecidos;
- 3.7.111. Deve ser possível habilitar/desabilitar verificações de palavras-chave típicas de phishing;
- 3.7.112. Deve ser possível adicionar e remover palavras-chave no filtro antiphishing;
- 3.7.113. O filtro antiphishing deve detectar e-mails do tipo phishing comparando URLs presentes no e-mail com um banco de dados de URL mantido pelo fornecedor.
- 3.7.114. Deve ser capaz de verificar automaticamente e fazer o download de atualizações do filtro antiphishing para detecção das tendências mais recentes de phishing.

Das características administrativas:

- 3.7.115. A solução deve conter modulo para geração e disponibilização de relatórios e logs, que atendem aos seguintes requisitos:
 - 3.7.115.1 Monitoramento gráfico do fluxo de mensagens de entrada e saída da última hora, do último dia, da última semana e do último mês e último ano;
 - 3.7.115.2 Log detalhado do processamento de cada mensagem;
 - 3.7.115.3 Relatório de fluxo de mensagens (Exemplo: lista as mensagens para um destinatário específico, em determinado período de tempo, com detalhes de como esta mensagem foi recebida, processada e, entregue ou descartada);
 - 3.7.115.4 Possibilita estatísticas de mensagens e performance;
 - 3.7.115.5 Deverá fornecer logs de antivírus, antispam, mensagens, debug, sistema, escaneamento, linha de comando, erros, interface de gerência e status;
 - 3.7.115.6 Possibilita exportar dados para CSV e gera arquivo PDF para armazenamento ou impressão;
 - 3.7.115.7 Fornecer esses relatórios apoiados em gráficos;
 - 3.7.115.8 Permitir o agendamento para envio automático de cada tipo de relatório (por dia, por semana, por mês), podendo distinguir qual é o relatório e para quem ele será enviado;



- 3.7.115.9 Permitir a geração de relatórios por quantidade de dias ou meses desejados.
- 3.7.115.10 De todas as mensagens ou, por grupos de domínios;
- 3.7.115.11 De volume de uso por usuário (maiores remetentes ou destinatários de vírus, spam, volume e tamanho de mensagens);
- 3.7.115.12 De volume de uso por domínio (maiores domínios de entrada e saída de mensagens por volume, spam e vírus);
- 3.7.115.13 De violação de políticas ou filtro de conteúdo;
- 3.7.115.14 De eficiência da proteção dia 0;
- 3.7.115.15 Dos maiores remetentes ou destinatários de vírus;
- 3.7.115.16 Dos maiores remetentes ou destinatários de spam.
- 3.7.116. O sistema deverá permitir autenticação externa do tipo LDAP para gerência da solução.
- 3.7.117. A solução deverá possuir diferentes níveis de administração, no mínimo:
 - 3.7.115.17 Acesso Total; Somente Leitura de configuração;
 - 3.7.115.18 Somente leitura de status de sistema;
 - 3.7.115.19 Help Desk com acesso somente a quarentena de SPAM e busca de mensagem.
- 3.7.118. Monitoramento de sistema, que atende aos seguintes requisitos: SNMP v1/v2/v3; MIBII; XML; Syslog.
- 3.7.119. Suporte a API para desenvolvimento de relatórios personalizados;
- 3.7.120. Alerta baseado em e-mails, podendo especificar o tipo de alerta, a criticidade e, para quais e-mails ele será enviado;
- 3.7.121. Possibilitar o envio de Traps SNMP;
- 3.7.122. Interfaces de configuração e gerenciamento, que atendem aos seguintes requisitos: Interface web (HTTP e HTTPS); Linha de comando (SSH e Telnet); Transferência de arquivos (SCP e FTP).
- 3.7.123. Possui arquivos de configuração XML/texto, armazenados no local ou transferidos para outro lugar;
- 3.7.124. Deve suportar gerenciamento centralizado para configurar e gerenciar múltiplos nós, sem necessidade de console dedicado para gerenciamento;
- 3.7.125. Permite criar políticas por cluster, por grupo ou por nós;



- 3.7.126. Permitir a criação de contas de usuários para acesso a console de gerenciamento com permissão de acesso total (administrador), somente leitura e acesso negado a diferentes grupos de usuários, como as áreas de logs, de relatórios, de monitoramento, de quarentena, etc.).
- 3.7.127. Possibilitar testar a configuração efetuada, antes que a mesma entre em produção, simulando uma situação e possibilitando que seja visualizada à medida que for implantada;
- 3.7.128. Monitoramento capaz de realizar a entrega de mensagens, em tempo real, do fluxo de entrega por domínio/IP, e separar filas de entrega por domínio de destino;
- 3.7.129. Capacidade de adicionar diferentes rodapés ou *disclaimers*, baseados em domínio, endereço de e-mail e grupo de origem;
- 3.7.130. Deverá gerar relatórios das conexões SMTP por período do tempo.
- 3.7.131. Gerenciamento de Bounces que permita a configuração de diferentes perfis de Bounce, por domínio de destino, visando minimizar o uso de banda para mensagens menos importantes, bem como definir frequência de tentativas, período máximo de retenção, etc.
- 3.7.132. Atuar junto com a CONTRATANTE identificando melhorias e erros de modo a poderem ser mitigados através de recursos da própria ferramenta.
- 3.7.133. As licenças deverão ser fornecidas e com garantia oficial do fabricante a partir da data inicial da ativação até o prazo final de 12 meses.
- 3.7.134. Após a solicitação formal do CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá entregar a(s) licença(s) em até 15 dias úteis.

3.8.ITEM 2 - GRUPO 2: Serviço de implantação e configuração de solução de segurança para correio com garantia de 12 meses.

- 3.8.1. Este item consiste na implantação e configuração de uma solução para atender 28.750 licenças (usuários) iniciais, que serão demandadas através do Item 1 do Grupo 2.
- 3.8.2. A solução a ser implantada deverá atender à demanda inicial especificada no subitem 3.8.1, cujas caixas postais estão atualmente distribuídas entre 150 domínios.
- 3.8.3. A solução a ser implantada deverá possuir capacidade para processar, no mínimo, 100.000 (cem mil) mensagens por hora, com um tamanho médio por mensagem de 30Kb.



3.8.4. A solução a ser implantada deverá prover alta disponibilidade de modo a garantir que se algum componente da solução falhe, os outros nós virtuais sustentem completamente a carga e mantenham todas as características da solução, atendendo a demanda de uso, garantindo performance mínima para funcionamento da solução.

3.8.5. O serviço de instalação e configuração da solução deverá possuir garantia total e oficial do fabricante pelo período de 12 meses.

3.8.6. A solução deverá ser implantada em ambiente on-premises, sob infraestrutura da CONTRATANTE, contemplando ainda os serviços de instalação, configuração e integração à infraestrutura existente.

Da Instalação e configuração no ambiente de datacenter do CONTRATANTE

3.8.7. O ambiente de gateway de correio eletrônico deverá ser posicionado em VLAN segregada do ambiente interno de correio, onde deverão atender os fluxos de entrada e de saída de mensagens, como também as aplicações que utilizam a porta 25 nas suas arquiteturas.

3.8.8. Todo o trabalho de implantação e manutenção deste ambiente, será realizado no ambiente de virtualização utilizado pelo CONTRATANTE. A implantação da solução poderá ser presencial ou remota, a ser definida pelos envolvidos.

3.8.9. A instalação, configuração e migração dos fluxos de mensageria de correio eletrônico serão precedidas de uma análise do ambiente atual do CONTRATANTE.

3.8.10. A partir das informações coletadas nesta fase, deverá ser elaborado, em conjunto com os técnicos do CONTRATANTE, um projeto de migração do ambiente, com definições da arquitetura física e lógica da nova solução.

3.8.11. A instalação deverá levar em consideração a finalidade de uso de cada um dos componentes da solução, inclusive quanto aos aspectos de redundância e alta disponibilidade.

3.8.12. Deverão ser configurados os itens de restrições de acesso para usuários e administradores, alertas e políticas para monitoramento e gerenciamento da solução, com configurações básicas e avançadas que possibilitem a entrada do novo ambiente em produção.

3.8.13. Efetuar testes e acompanhamentos gerais do novo ambiente até a que a solução esteja comprovadamente estabilizada.

3.8.14. Deverá ser de responsabilidade da CONTRATADA, a execução do serviço de migração das regras de negócio existentes, a migração e



customização dos scripts, a migração dos certificados digitais, e tudo mais que envolve a solução corporativa de gateway de correio.

- 3.8.15. Propor melhorias, customizações, atuando em caso de problemas encontrados
- 3.8.16. Ao término dos serviços de instalação e configuração deverão ser realizados testes que certifiquem que o ambiente do CONTRATANTE está configurado de acordo com as recomendações do fabricante do software e que o mesmo está apto a suportar toda a demanda levantada, em alta disponibilidade e continuidade que serão implementados sob essa plataforma. Além disso, a solução implementada deverá passar por um período de homologação com acompanhamento técnico feito pela CONTRATADA de pelo menos 10 (dias) dias úteis.
- 3.8.17. Ao término dos serviços de implantação e antes do aceite definitivo do ambiente, a CONTRATADA deverá realizar atividade de capacitação operacional prática (“hands-on”), diretamente no ambiente efetivamente implantado, com o objetivo de promover a transferência de conhecimento técnico relacionado à configuração implementada.
- 3.8.18. Essa capacitação deverá contemplar, no mínimo, 06 (seis) profissionais indicados pelo CONTRATANTE, com carga horária mínima de 24 (vinte e quatro) horas, e será ministrada por profissional da CONTRATADA com comprovada qualificação técnica e pleno domínio da solução e do ambiente configurado.
- 3.8.19. A atividade deverá abranger, no mínimo:
 - 3.7.115.20 visão geral da arquitetura implantada;
 - 3.7.115.21 parâmetros e políticas configuradas;
 - 3.7.115.22 rotinas de administração;
 - 3.7.115.23 procedimentos de monitoramento;
 - 3.7.115.24 tratamento de incidentes;
 - 3.7.115.25 boas práticas de operação e manutenção.
- 3.8.20. A presente capacitação possui caráter prático e complementar, restrita ao ambiente implementado no âmbito do contrato, não substituindo o treinamento formal da solução previsto em item específico deste Termo de Referência.
- 3.8.21. Deverá ser disponibilizado, sem ônus adicional para o CONTRATANTE, material de apoio em meio eletrônico, na língua portuguesa (Brasil) ou inglesa.



- 3.8.22. A capacitação poderá ser realizada nas dependências do CONTRATANTE ou de forma remota, conforme acordado entre as partes.
- 3.8.23. Ao final da instalação deverá ser entregue, em meio eletrônico, documentação formal de todas as configurações, procedimentos e definições utilizados no projeto, instalação e ativação do conjunto, com detalhamento suficiente que permita aos técnicos do CONTRATANTE reproduzir as ações documentadas.

3.9. ITEM 3 – GRUPO 2: Renovação de licenças para solução corporativa de gateway de segurança de correio eletrônico com garantia de 12 meses.

- 3.9.1. O licitante vencedor deverá fornecer a renovação das licenças para a solução corporativa de gateway de segurança de correio eletrônico para até 59.400 contas com garantia de suporte por 12 meses.
- 3.9.2. A renovação das licenças compreende a atualização integral da solução para a versão mais recente disponibilizada pelo fabricante, garantindo a paridade tecnológica do ambiente, sendo este item passível de prorrogação em eventuais renovações contratuais.
- 3.9.3. As licenças a serem renovadas são referentes às unidades demandadas através no Item 1 do Grupo 2.
- 3.9.4. Após a solicitação formal do CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá entregar a(s) licença(s) atualizadas em até 15 dias úteis.

3.10. ITEM 4 - GRUPO 2: Serviço de Suporte Técnico Especializado no produto ofertado para a Solução de Gateway de Correio Eletrônico corporativo.

- 3.10.1. Prestar serviços de suporte técnico reativo ou proativo, local e remoto, para a resolução de problemas técnicos relativos ao software e ao ambiente de gateway de segurança de correio eletrônico baseado na solução ofertada. Este atendimento deverá suportar a solução implantada, auxiliando a equipe do CONTRATANTE a manter as melhores práticas na manutenção do ambiente. São esperadas atividades que realizem ajuste fino da instalação visando sempre a melhoria de performance, instalação de novas funcionalidades, homologação de novos recursos, planejamento e implementação de novas arquiteturas bem como passagem de conhecimento para a equipe do CONTRATANTE.



- 3.10.2. A natureza deste serviço é contínua, ou seja, ele deverá permanecer ativo enquanto estiverem vigentes as licenças correspondentes ao item 1 a 2 do GRUPO 2.
- 3.10.3. Os valores estimados para o catálogo de serviços possuem como referência as definições feitas pelo Prodest, onde, para cada atividade elencada foi determinada uma unidade de esforço necessário para mitigar o problema ou incidente, denominado UST (Unidade de Suporte Técnico). A Unidade de Suporte Técnico (UST) equivale a uma (01) hora de trabalho efetivo x complexidade, que englobará as atividades tais como planejamento, suporte reativo, suporte proativo e incidentes operacionais.
- 3.10.4. Neste modelo foram definidos previamente todas as tarefas que podem ser demandas, os resultados esperados, os padrões de qualidade exigidos, os procedimentos e qualificações necessárias para a execução, cabendo à CONTRATADA cumprir com as atividades solicitadas dentro do esforço estimado. Tantas as estimativas de esforço, quanto as demandas de atividades de suporte foram baseadas em série histórica, levando em consideração o ambiente de gateway de segurança de correio eletrônico que o CONTRATANTE utiliza.
- 3.10.5. Em função da complexidade das atividades para as tarefas de suporte previstas no catálogo e na criticidade do uso do serviço em relação ao funcionamento, foram definidos três (03) níveis de complexidade, que são: baixa, média e alta. Proporcionalmente à elevação do nível de complexidade da atividade especificada no catálogo ou sua criticidade, eleva-se também a especialização do profissional que dará cumprimento a execução da atividade, e por consequência, a quantidade de UST deverá ser ajustada para que a contratada possa definir a quantidade e a qualificação dos profissionais que darão atendimento às ordens de serviços.
- 3.10.6. O quadro de complexidade a seguir define a correlação entre a complexidade de cada atividade e a quantidade de UST's equivalentes:

Complexidade da atividade	Sigla	Definição da atividade	Peso
---------------------------	-------	------------------------	------



Baixa	B	Atividades que envolvem grau de especialização de primeiro nível ou para chamados técnicos do tipo “Advisor” que auxiliam na resolução de dúvidas, interpretação de relatórios ou logs, e/ou no funcionamento técnico da solução.	01 unidade
Média	M	Atividades que envolvem grau de especialização de segundo nível, como resolução de incidentes, desenvolvimento de scripts e correção de código, correção de bugs, isolamento e correção de falhas, atividades corretivas/proativas de manutenção e suporte técnico, aplicação de patch, implantação de novas versões, migrações, correções de parâmetros e padrões da solução.	03 unidades
Alta	A	Atividades que envolvem grau de especialização de terceiro nível, como estudo de viabilidade e desempenho, planejamento de uma solução técnica corporativa, planejamento e coordenação de testes na ferramenta, análise da infraestrutura da solução técnica.	06 unidades

Tabela - Tipos de Complexidade para a Solução de Gateway de Segurança de Correio Eletrônico

- 3.10.7. A tabela “Tipos De Complexidade” define a complexidade de cada atividade e a quantidade de UST equivalente a cada tipo de atividade. As atividades descritas nesta tabela não são únicas. Caso seja necessário, e por requisição do gestor do contrato, poderão ser executadas atividades relativas ao objeto deste contrato, sempre de forma justificada, e previamente acordada com a CONTRATADA. Desta forma, as mesmas regras e critérios estabelecidos na tabela “Tipos de Complexidade” serão aplicados, e o esforço de hora será estipulado pelo CONTRATANTE.
- 3.10.8. Para o cálculo de UST por atividade, será necessário multiplicar o esforço hora pela complexidade, definido da tabela “Tipos de Complexidade”. A coluna UST anual, indica a quantidade estimada de UST anuais por atividade.

Serviço de Suporte Técnico na Solução de Gateway de Segurança de Correio Eletrônico Corporativo	Esforço (Hora)	Complexidade	Qtd Anual	Ust Anual
---	----------------	--------------	-----------	-----------



Verificar e analisar logs e performance da ferramenta ofertada com emissão de relatório detalhado.	06	B	03	18
Apoiar nas configurações de componentes do software/ferramenta.	06	M	03	54
Executar atividades de suporte e incidentes em componentes e serviços que compõem o software/ferramenta ofertada.	06	M	07	126
Executar atividades de apoio na implantação de uma ferramenta de backup e armazenamento para a solução.	06	M	02	36
Executar atividades de suporte a problemas na execução das rotinas de backup e armazenamento a partir de uma ferramenta de backup para a solução de segurança de mensageria.	06	M	04	72
Executar atividades de suporte a problemas na execução das rotinas de atualização (<i>update</i>) automáticas, para a solução.	06	M	04	72
Executar atividades de manutenções corretivas no ambiente de alta disponibilidade da solução ofertada.	06	M	03	54
Executar atividades de suporte em caso de lentidão e/ou paradas de qualquer dos componentes e serviços da solução de segurança de mensageria.	06	M	06	108



Executar atividade de suporte em caso de problemas e erros relativos aos pacotes de requisitos necessários à solução.	06	M	03	54
Executar atividades de suporte em caso de mal funcionamento do ambiente de alta disponibilidade da solução ofertada, que leve à perda ou omissão das informações.	06	M	02	36
Executar atividades de que apoiem e sanem ataques a vírus, spams, DDoS, e epidemias da Internet que envolvam o ambiente de alta disponibilidade da solução de segurança de mensageria.	06	M	02	36
Fornecer e apoiar o uso de utilitários que visam facilitar as atividades de administração e manutenção do ambiente da solução de segurança de mensageria.	04	B	02	08
Apoiar na resolução de dúvidas sobre o funcionamento de componentes que envolvem a solução.	04	B	02	08
Executar atividades de suporte em caso de uso excessivo de recursos do ambiente por qualquer dos componentes da solução.	06	M	04	72
Instalar e configurar agentes para o monitoramento das instancias e serviços que executam no ambiente.	06	M	02	36
TOTAL	86	-	49	790



Tabela – Quantitativos de UST para a Solução de Gateway de Segurança de Correio Eletrônico

- 3.10.9. Todas as atividades relacionadas na tabela “Quantitativo de UST” que tenham relação ao objeto deste contrato deverão ser formalizados através de ordens de serviços ou chamados e deverão ser autorizados pelo gestor do contrato, desde que não ultrapassem a quantidade de UST’s estimadas neste termo de referência.
- 3.10.10. O esforço pré-estabelecido em todas as atividades descritas na tabela de “Quantitativo de UST”, abrange as atividades desenvolvidas e executadas em ambiente de testes, depois homologadas e aplicadas finalmente em ambiente de produção do CONTRATANTE, com sua devida documentação fornecida.
- 3.10.11. Toda e qualquer atividade desenvolvida pela CONTRATADA possui contabilizados no esforço, eventuais falhas e problemas que possam ocorrer durante a sua execução, sendo de responsabilidade da CONTRATADA resolver as pendências técnicas de modo a atender à solicitação do chamado.
- 3.10.12. A quantidade anual descrita na tabela “Quantitativo de UST”, se refere a um valor médio adotado para cômputo da estimativa das atividades dos serviços contratados. Estas atividades anuais previstas devem ser consideradas exclusivamente como volume máximo dos serviços prestados por ano de vigência do contrato.
- 3.10.13. Os chamados poderão ser abertos através da Internet via sistema de Help Desk, com interface WEB. O sistema WEB de HelpDesk disponibilizado pela CONTRATADA, deverá permitir o controle, por parte do Prodest, de todos os chamados e atendimentos realizados, em aberto ou fechados, além de permitir a emissão de relatórios que mostrem o tipo de atendimento e quantidade de horas demandadas.
- 3.10.14. Os serviços de manutenção e suporte serão executados em regime de 8x5 (oito horas por dia, cinco dias por semana) no período das 8:30h às 18:00h de segunda à sexta, exceto feriados nacionais.
- 3.10.15. Forma de atendimento: Os trabalhos deverão ser desenvolvidos por técnicos e consultores capacitados e certificados da CONTRATADA, preferencialmente através de videoconferência para solução de problemas e operação dos componentes tecnológicos ou da intervenção remota através da Internet, utilizando para isto de ferramentas que garantam a confidencialidade das informações.



- 3.10.16. O CONTRATANTE poderá ser solicitado a executar atividades para determinação e resolução do problema, conforme sugerido pela CONTRATADA. As atividades para determinação ou resolução do problema podem incluir a execução de rastreamento na rede, captura de mensagens de erro, logs do ambiente e coleta de informações de configuração.
- 3.10.17. O encerramento do chamado será efetuado pelo CONTRATANTE quando da conclusão dos serviços.
- 3.10.18. Tempo de resposta aos chamados: Os chamados de manutenção e suporte realizados deverão ser respondidos em um prazo compatível com o nível de urgência especificado pelo CONTRATANTE no momento da abertura do chamado, conforme descrito a seguir:

Nível do Problema	Descrição	Remoto	Local
Crítico	Serviço completamente indisponível	Até 2h	Até 24h
Severo	Serviço operando parcialmente	Até 4h	Até 24h
Alerta	Serviço com degradação de performance ou funcionalidade	Até 8h	Até 48h

Tabela – Criticidade de Serviço para a Solução de Gateway de Segurança de Correio Eletrônico

- 3.10.19. Tempo de solução: o tempo de solução de problemas dependerá de sua extensão, gravidade, disponibilidade de recursos de hardware e software. A CONTRATADA deverá fornecer uma estimativa de tempo para solução do problema dentro da primeira hora de atendimento.
- 3.10.20. Os prazos de atendimento poderão ser prorrogados, desde que aceitas pelo CONTRATANTE as justificativas apresentadas pela CONTRATADA que revelem a necessidade de dilatação do prazo.
- 3.10.21. Atendimento no local: Nos casos onde a intervenção remota não for efetiva, ou seja, após decorrido o prazo da estimativa de tempo fornecido para a solução do problema, a CONTRATADA deverá imediatamente, as suas custas, deslocar para a sede do CONTRATANTE um técnico com o perfil necessário para atender ao



problema em no máximo até 48 (quarenta e oito horas), dependendo do nível do problema, conforme Tabela – Criticidade de Serviço, exposto acima.

- 3.10.22. O técnico da CONTRATADA deverá apresentar, no ato do atendimento, credenciamento (crachá da empresa) e documento de identidade pessoal (RG), para efetuar qualquer serviço nas dependências do Prodest.
- 3.10.23. Manter durante toda a vigência do contrato canal de comunicação para solução de problemas junto ao fabricante oficial do software de correio ofertado, seja via web ou por telefone.
- 3.10.24. Informar à CONTRATANTE, quando da assinatura do contrato, as credenciais para acompanhamento de chamados junto ao fabricante oficial da solução. Este acompanhamento de chamados de suporte com o fabricante da solução deverá ser através da web ou via videoconferência com o fabricante, sem ônus financeiros adicionais para o CONTRATANTE.
- 3.10.25. Caso sejam constatados problemas com o software de correio, tais como: mau funcionamento, erros de codificação, ou outras condições que impeçam/atrapalhem a execução das atividades dos usuários ou administradores da solução ofertada, que a CONTRATADA não consiga solucionar ou que extrapole seu campo de ação e conhecimento, deverá esta abrir chamado direto com o fabricante oficial da solução ofertada para tratamento do problema.

3.11. ITEM 5 - GRUPO 2: Treinamento Oficial na ferramenta de gerenciamento da solução de gateway de segurança de e-mail.

- 3.11.1. Deve ter duração mínima de 8 horas-aula, para turmas de até 10 pessoas.
- 3.11.2. Será realizado em modalidade remota, ocorrendo em dias úteis e durante horário comercial (8:30 às 18h).
- 3.11.3. Os horários e datas serão definidos pela CONTRATANTE e comunicados com antecedência de 10 (dez) dias corridos, dentro do prazo de até 30 (trinta) dias corridos da emissão da ordem de serviços.
- 3.11.4. Deve ser ministrado em português, e a CONTRATADA deve fornecer o material dos treinamentos para todos os participantes, em inglês ou português, sem qualquer ônus à CONTRATANTE.
- 3.11.5. Deve permitir que a CONTRATANTE possa conduzir o suporte e sustentação, contemplando a operação, gerenciamento, configuração e utilização da ferramenta.



- 3.11.6. Deve possuir um ambiente montado pela CONTRATADA que contemple um cenário com problemas de desempenho e recursos para que os exemplos sejam baseados nesse ambiente.
- 3.11.7. Deverá ser ministrado por profissional que detenha todas as condições técnicas (teóricas e práticas) necessárias, através de apresentação de certificado fornecido pelo fabricante.
- 3.11.8. Após a conclusão, o serviço de treinamento deverá ser formalmente homologado pela CONTRATANTE;
- 3.11.9. A CONTRATANTE reserva-se o direito de não aceitar o módulo ministrado, podendo, a seu critério, solicitar a troca de instrutor ou até mesmo repetição do mesmo, caso não seja satisfatório;
- 3.11.10. A CONTRATADA deve garantir aos participantes do treinamento certificados de conclusão de curso contendo, no mínimo, o período, a carga horária e nome do treinando. Estes deverão ser entregues no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados após o término de cada treinamento.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1.1. Da sustentabilidade
 - 3.7.115.26 Não se aplica por ser contratação de software.
- 4.1.2. Da exigência de amostras
 - 3.7.115.27 Não é exigido entrega de amostras.
- 4.1.3. Da subcontratação
 - 3.7.115.28 Não é admitida a subcontratação do objeto.
- 4.1.4. Da garantia de execução.
 - 3.7.115.29 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, pois entende-se que o cumprimento da entrega não se beneficia da exigência nesse caso, onde a entrega deve ser completa para o recebimento definitivo.
- 4.1.5. Das condições para adesão à Ata de Registro de Preços:
 - 4.1.5.1 Os órgãos não participantes que desejarem aderir à Ata deverão formalizar sua solicitação ao órgão gerenciador, que avaliará a viabilidade da adesão considerando os impactos na demanda prevista e na execução contratual. A adesão estará sujeita às regras estabelecidas no edital, na Ata e nos termos do Decreto 5354-R/2023.



5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de Entrega

- 5.1.1. A execução do objeto ocorrerá de forma fracionada e sob demanda, mediante a emissão formal de Ordem de Fornecimento pela Fiscalização do Contrato, de acordo com as necessidades da Administração.
- 5.1.2. A Contratada deverá efetuar a entrega das licenças de uso e a disponibilização dos serviços correspondentes no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento.
- 5.1.3. A entrega será considerada efetivada mediante a comprovação do pleno acesso às funcionalidades contratadas, devendo a Contratada fornecer os comprovantes de ativação ou chaves de acesso dentro do prazo estipulado.
- 5.1.4. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.1.5. Todas as licenças fornecidas deverão ser entregues em suas últimas versões disponíveis, considerando a data de entrega e aceite das mesmas, em nome da CONTRATANTE.
- 5.1.6. A CONTRATANTE verificará a condição de legalidade e o período de validade das licenças disponibilizadas no site do fabricante ou através de outros meios que julgar necessário.
- 5.1.7. Os itens 1 e 2 do GRUPO 2 serão considerados entregues quando estiverem plenamente operacionais na estrutura de correio eletrônico mantida pela CONTRATANTE, ou seja, quando for capaz de enviar e receber mensagens, bem como realizar filtragens relacionadas a vulnerabilidades e mensagens de spam.

5.2. Da Garantia Contratual

- 5.2.1. O prazo de garantia contratual dos bens será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 5.2.2. A garantia destina-se a assegurar o pleno e correto funcionamento da solução, obrigando a CONTRATADA a sanar quaisquer vícios,



defeitos ou incorreções detectadas, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

- 5.2.3. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, a licitante vencedora deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.
- 5.2.4. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

5.3. Do suporte técnico

- 5.3.1. Durante o período de vigência das licenças, a CONTRATADA deverá prover serviço de suporte técnico e manutenção evolutiva, compreendendo:

- 4.1.5.2 Manutenção Evolutiva e Versional: Fornecimento, sem ônus adicional, de correções (patches, hotfixes, service packs), atualizações (updates) e novas versões (upgrades, releases) que venham a ser lançadas pelo fabricante, garantindo que a solução não sofra supressão de funcionalidades.

- 4.1.5.3 Prestação de auxílio técnico na configuração de componentes da solução, bem como o esclarecimento de dúvidas operacionais e suporte funcional.

- 4.1.5.4 Garantia de acesso permanente à documentação técnica atualizada e manuais do fabricante em sítio na internet.

- 4.1.5.5 A prestação do suporte técnico constitui obrigação acessória vinculada à licença de uso, devendo a CONTRATADA assegurar o pleno, correto e seguro funcionamento do objeto durante toda a execução contratual.

- 4.1.5.6 Canais de Atendimento: Disponibilização de meio oficial para abertura de chamados técnicos, operando conforme os níveis de serviço (SLA) definidos.

- 5.3.2. **Níveis Mínimos de Serviços Exigidos (NMSE)**

- 4.1.5.7 Os chamados de suporte técnico serão classificados por níveis de severidade de acordo como impacto no ambiente computacional da contratante, de acordo com as tabelas abaixo de Níveis de severidade:



Nível do Problema	Descrição	Remoto	Local
Crítico	Serviço completamente indisponível	Até 2h	Até 24h
Severo	Serviço operando parcialmente	Até 4h	Até 24h
Alerta	Serviço com degradação de performance ou funcionalidade	Até 8h	Até 48h

4.1.5.8 O nível de severidade será informado pela CONTRATANTE no momento da abertura de cada chamado.

4.1.5.9 Nos casos específicos em que seja necessário o desenvolvimento de patches ou atualizações a nível de software, será admitida a execução das soluções de contorno até que seja desenvolvida uma nova versão de correção do problema.

4.1.5.10 Uma vez disponível, a CONTRATADA deverá auxiliar a CONTRATANTE com todo o processo de atualização seguro da solução.

4.1.5.11 O encerramento do chamado e a consequente validação das USTs para fins de faturamento dependem da aceitação formal do Gestor do Contrato, que verificará se os padrões de qualidade e resultados esperados foram atingidos.

4.1.5.12 O nível de severidade poderá ser reclassificado a critério da contratante. Caso isso ocorra, haverá o início de nova contagem de prazo, conforme o novo nível de severidade.

4.1.5.13 O pagamento das **USTs** executadas está condicionado ao cumprimento do **Nível Mínimo de Serviços Exigidos (NMSE)**, aferido mensalmente através do **Índice de Medição de Resultados (IMR)**.

5.3.3. Do Índice de Medição de Resultados (IMR)

4.1.5.14 O IMR monitorará a eficácia do suporte técnico com base nos indicadores abaixo:



Indicador	Descrição	Meta (NMSE)	Peso no IMR
Prazo de Resposta	Início do atendimento dentro dos prazos da Tabela de Criticidade	95% dos chamados no prazo	30%
Prazo de Solução	Resolução definitiva ou contorno do problema no prazo estimado/acordado.	95% dos chamados no prazo	30%
Qualidade/ Efetividade	Ausência de reincidência do mesmo problema no período de 15 dias após o fechamento.	100% de efetividade	30%

5.3.4. Cálculo do Fator de Ajuste (Glosas):

4.1.5.15 O descumprimento do NMS impactará diretamente no valor das USTs a serem pagas no mês de apuração, conforme a tabela de redutores:

- ☐ **IMR Global \geq 90%:** Pagamento de 100% das USTs homologadas.
- ☐ **80% \leq IMR Global < 90%:** Redutor de 5% sobre o total de USTs do mês.
- ☐ **70% \leq IMR Global < 80%:** Redutor de 10% sobre o total de USTs do mês.
- ☐ **IMR Global < 70%:** Redutor de 20% e abertura de processo administrativo para apurar falha na execução contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. A Ata de Registro de Registro de Preços terá vigência de 01 (um) ano, podendo ser prorrogada nos limites da lei 14.133/2021, que deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da citada Lei, bem como o disposto no DECRETO Nº 5354-R, DE 28 DE MARÇO DE 2023, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços – SRP, no âmbito da Administração Pública Estadual direta, autárquica e fundacional.

6.2. O contrato resultante do Registro de Preços deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº



14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

- 6.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 6.6.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) gestor(es) e fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, na forma do Decreto Estadual nº 5.545-R/2023 e demais condições previstas para a contratação.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Do Recebimento

- 7.1.** Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo fiscal ou comissão designada, consignando em relatório informações sobre a simples conferência da conformidade do que foi contratado, em especial do quantitativo, marca e modelo e demais informações constantes na nota fiscal.
- 7.2.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação por escrito da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
 - 7.2.1.** Caso haja irregularidades que impeçam o recebimento provisório, o fiscal, conforme o caso, deverá solicitar ao contratado, por escrito, as respectivas correções.



- 7.2.2. Após o recebimento provisório, o fiscal deverá manifestar-se sobre o cumprimento das exigências de caráter técnico da conformidade do material recebido com as exigências contratuais, visando subsidiar o gestor do contrato no recebimento definitivo, no prazo de 10 (dez) dias.
- 7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da manifestação do fiscal prevista no item 7.2.2, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.3.1. Caso haja irregularidades que impeçam o recebimento definitivo, o gestor, conforme o caso, deverá solicitar ao contratado, por escrito, as respectivas correções no prazo de 10 (dez) dias úteis.
- 7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 7.8. O recebimento provisório poderá ser dispensado nos casos em que a fiscalização consiga emitir sumariamente o termo de recebimento definitivo pela simplicidade ou quantidade recebida do objeto.

Nota Fiscal

- 7.9. Para fins de exame da Nota Fiscal, o fiscal deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 7.9.1. o prazo de validade;
- 7.9.2. a data da emissão;
- 7.9.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.9.4. o período respectivo de execução do contrato



7.9.5. o valor a pagar;

7.9.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

7.12. O Contratado deverá apresentar nota fiscal/fatura que registre o valor dos bens/serviços, o valor líquido da nota e o valor dos impostos sujeitos a retenção na fonte, inclusive o ISSQN (quando for o caso) e o destaque do Imposto de Renda na Fonte (conforme disposto na IN/RFB 1.234/2012, ou a que vier a substituí-la, e no Decreto Estadual 5.460-R/2023), os quais serão retidos e recolhidos diretamente pela Administração contratante.

Do Prazo de Pagamento

7.13. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal, nos termos do art. 31 do Decreto Estadual nº 5545-R/2023.

7.14. Ao enviar a solicitação de pagamento, o gestor do contrato deve especificar a data de vencimento da obrigação.

7.15. Decorrido o prazo indicado no item anterior, incidirá multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF \times \frac{12}{100} \times \frac{ND}{360}$$

Onde:

VM = Valor da Multa Financeira.

VF = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

7.16. Incumbirão à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da fatura devida, a ser revisto e aprovado pela Contratante, juntando-se o cálculo da fatura.

7.17. A liquidação das despesas obedecerá rigorosamente ao estabelecido na Lei 4.320/1964, assim como na Lei Estadual 2.583/1971.

7.18. Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para



pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.

Da Forma de Pagamento

- 7.19.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 7.20.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.21.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.22.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.23.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

- 8.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Licitação, na modalidade Pregão, sob a forma Eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço para contratação através do Sistema de Registro de Preços, conforme estabelecido no art. 18 do Decreto Nº 5354-R/2023.
- 8.2.** A justificativa para adoção do referido critério se deve por se tratar de bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Da forma de Fornecimento

- 8.3.** O fornecimento do objeto será parcelado, de acordo com as regras do Registro de Preços.
- 8.3.1.** Após a formalização do registro de preços, para os pedidos dos itens, será formalizado contrato nos quantitativos indicados, cujo fornecimento se dará através da emissão de autorização de fornecimento pelo Fiscal/Gestor ou instrumento equivalente.
- 8.4.** A justificativa para adoção da referida forma se dá pela imprevisibilidade observada em estimar as quantidades exatas necessárias para o ambiente



atual, tendo em vista os pontos apresentados nos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

8.5. Das Exigências de Habilitação

- 8.5.1. Para fins de habilitação, o fornecedor deverá comprovar os requisitos descritos no ANEXO I deste Termo de Referência.

8.6. Justificativa dos requisitos da qualificação técnica

- 8.6.1. O objeto deste termo envolve tecnologia da informação, o que torna necessária a exigência de comprovação de qualificação técnica e financeira dos licitantes, conforme preconizado pela Lei nº 14.133/2021. Tal medida visa assegurar a contratação da proposta mais vantajosa, garantindo não apenas a eficiência e a capacidade de execução do contratado, mas também a sustentabilidade financeira da solução.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 9.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 18.743.615,61**, conforme custos unitários apostos neste item.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. Por ser tratar de aquisição sob o sistema de registro de preços, a indicação da classificação ou da dotação orçamentária, bem como a comprovação de cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, quando cabível, só serão providenciadas para a formalização do contrato ou documento equivalente.



ANEXO I - A

RELAÇÃO DE PARTICIPANTES E QUANTIDADES SOLICITADAS

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	ÓRGÃOS PARTICIPANTES	
				Prodest	Total Geral
1	1	Contratação de atualização de licenças de uso perpétuo de software Synacor Zimbra Network Edition Standard na última versão disponibilizada com garantia de 12 meses.	Licenças	48.868	48.868
	2	Contratação de atualização de licenças de uso perpétuo de software Synacor Zimbra Network Edition Professional na última versão disponibilizada com garantia de 12 meses.	Licenças	10.532	10.532
	3	Contratação de atualização de licenças de uso perpétuo de software Synacor Zimbra Network Edition EWS na última versão disponibilizada com garantia de 12 meses.	Licenças	25	25
	4	Contratação de Novas licenças de uso perpétuo de software Synacor Zimbra Network Edition Standard na última versão disponibilizada com garantia de 12 meses.	Licenças	29.118	29.118
	5	Contratação de Novas licenças de uso perpétuo de software Synacor Zimbra Network Edition Professional na	Licenças	1.532	1.532



		última versão disponibilizada com garantia de 12 meses.			
	6	Serviço de suporte técnico de parceiro do fabricante especializado no produto Synacor Zimbra Network Edition, durante a vigência do contrato, sob demanda por esforço.	Unidade	862 UST	862 UST
2	1	Contratação de licenças para solução corporativa de gateway de segurança de correio eletrônico para até 59.400 contas com garantia de 12 meses.	Licenças	59.400	59.400
	2	Serviço de implantação e configuração de solução de segurança para correio com garantia de 12 meses.	Unidade	1	1
	3	Renovação de licenças para solução corporativa de gateway de segurança de correio eletrônico com garantia de 12 meses.	Licenças	59.400	59.400
	4	Serviço de Suporte Técnico Especializado no produto ofertado para a Solução de Gateway de Correio Eletrônico corporativo.	Unidade de Serviço Técnico	790 UST	790 UST
	5	Treinamento Oficial na ferramenta de gerenciamento da solução de gateway de segurança de e-mail.	Unidade	1	1



ANEXO II – REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 1.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 1.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.3 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 1.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.5 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 1.6 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 1.8 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 1.9 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2. HABILITAÇÃO SOCIAL E TRABALHISTA

- 2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;



2.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

2.2.1 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

2.2.2 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar 123/2006 estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

2.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, expedida conjuntamente pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social;

2.4 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (onde for sediada a empresa e a do Estado do Espírito Santo, quando a sede não for deste Estado);

2.5 Prova de regularidade com a Fazenda Pública Municipal da sede da licitante;

2.6 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante certidão expedida pela Caixa Econômica Federal;

2.7 Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho;

2.8 Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial da licitante, os documentos exigidos neste item também deverão ser apresentados pela filial executora do contrato, sem prejuízo para a exigência de apresentação dos documentos relativos à sua matriz.

2.9 Nos casos de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, não se exige comprovação de regularidade fiscal para fins de habilitação, mas somente para formalização da contratação, observadas as seguintes regras:

2.9.1 A licitante deverá apresentar, à época da habilitação, todos os documentos exigidos para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresentem alguma restrição.

2.9.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista, é assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.



2.9.3 O prazo a que se refere o item anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período.

2.9.4 Em caso de atraso por parte do órgão competente para emissão de certidões comprobatórias de regularidade fiscal, ou trabalhista, a licitante poderá apresentar à Administração outro documento que comprove a extinção ou suspensão do crédito tributário, respectivamente, nos termos dos arts. 156 e 151 do Código Tributário Nacional, acompanhado de prova do protocolo do pedido de certidão.

2.9.5 Na hipótese descrita no inciso anterior, a licitante terá o prazo de 10 (dez) dias, contado da apresentação dos documentos a que se refere o parágrafo anterior, para apresentar a certidão comprobatória de regularidade fiscal ou trabalhista.

2.9.6 O prazo a que se refere o item anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período, uma única vez, se demonstrado pela licitante a impossibilidade de o órgão competente emitir a certidão.

2.9.7 A formalização da contratação fica condicionada à regularização da documentação comprobatória de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos dos incisos anteriores, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções legais, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes e com elas contratar, observada a ordem de classificação, ou revogar a licitação.

3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO/FINANCEIRA

3.1 **Certidão negativa de insolvência civil** expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples ou de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação;

3.2 **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede licitante, para as demais pessoas jurídicas;

3.3 Caso a licitante se encontre em processo de **recuperação judicial ou extrajudicial**, deverá apresentar certidão emitida pela instância judicial competente certificando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar da licitação, além de cumprir todos os demais requisitos de habilitação exigidos por este Edital.

3.4 Balanço Patrimonial (BP) e Demonstração de Resultado de Exercício (DRE) dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

3.4.1 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);



$$ILG = \frac{ATIVO CIRCULANTE (AC) + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (RLP)}{PASSIVO CIRCULANTE (PC) + PASSIVO NÃO CIRCULANTE (PNC)}$$

$$ISG = \frac{ATIVO TOTAL (AT)}{PASSIVO CIRCULANTE (PC) + PASSIVO NÃO CIRCULANTE (PNC)}$$

$$ILC = \frac{ATIVO CIRCULANTE (AC)}{PASSIVO CIRCULANTE (PC)}$$

3.4.2 Quando qualquer dos índices for igual ou inferior a 1 (um), poderá o licitante atender ao requisito de habilitação demonstrando patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

3.5 Os documentos referidos acima (BP e DRE) serão os já exigíveis na forma da lei, com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital (ECD) ao SPED ou, se a empresa não estiver obrigada ao SPED, observando a data de exigibilidade do art. 1.078, I, do Código Civil.

3.6 **Declaração assinada por profissional habilitado da área contábil**, apresentada pelo licitante, demonstrando o atendimento dos índices e coeficientes para cada exercício a que se referem as demonstrações contábeis, bem como demonstrando o patrimônio líquido mínimo exigido no último exercício.

3.7 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

3.8 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

4. HABILITAÇÃO TÉCNICA

4.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

4.2 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

4.2.1 Em relação aos itens do GRUPO 1: 01 (um) ou mais atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) que a proponente tenha fornecido no mínimo 14.000 Licenças Zimbra Network Standard Edition que corresponde à 48% do total de 29.118 e 766 Licenças Zimbra Network Professional Edition que corresponde à 50% do total de 1.532.

4.2.2 Em relação aos itens do GRUPO 2: 01 (um) ou mais atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) que a proponente tenha fornecido uma Solução de Gateway de Segurança



de Correio Eletrônico que atenda no mínimo 14.375 usuários, que corresponde à 50% do total de 28.750 inicialmente exigidos.

4.2.2.1 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de fornecimentos executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação

4.2.2.2 Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

4.2.2.3 Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, observar-se-á o disposto no art. 67, §§ 10 e 11, da Lei 14.133/2021.

4.2.2.4 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

4.3 A presença de um profissional devidamente qualificado assegura que a equipe responsável tenha o conhecimento técnico necessário para implementar e dar suporte à solução, minimizando o risco de falhas operacionais e interrupções. Além disso, essa qualificação garante que a empresa está preparada para atender plenamente os requisitos técnicos especificados no termo de referência, alinhando-se às melhores práticas de governança e compliance, o que promove eficiência e confiabilidade no atendimento ao contrato.

4.3.1 O licitante vencedor deve apresentar declaração comprometendo-se a entregar, quando da assinatura do contrato, comprovação de que há em seu quadro permanente, no mínimo 01 (um) profissional, com certificação técnica comprovada na solução apresentada/ofertada para atender os requisitos deste termo de referência. A comprovação dar-se-á conforme segue:

4.3.2 Apresentação de cópia do certificado do profissional.

4.3.3 A comprovação do vínculo do profissional com a empresa, poderá ser por contrato de trabalho, por ser administrador, por pertencer ao quadro societário ou, ainda, por contrato de prestação de serviços, por se comprometer a trabalhar como prestador de serviços.

5. DA COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE OU EQUIPARADAS

5.1 Os licitantes que invocarem a condição de microempresas ou empresas de pequeno porte para fins de exercício de quaisquer dos benefícios previstos na Lei Complementar 123/2006 e reproduzidos neste Edital, deverão apresentar ainda os seguintes documentos.



5.2 Licitantes optantes pelo Sistema Simples Nacional de Tributação, regido pela Lei Complementar 123/2006

5.3 Comprovante de opção pelo Simples obtido no site do Ministério da Fazenda, (<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/aplicacoes.aspx?id=21>) ou no site do SINTEGRA (<http://www.sintegra.gov.br>), desde que o comprovante de fato ateste a opção pelo Simples.

5.4 Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos do § 4º do art. 3º da LC 123/2006 (conforme modelo constante no Anexo II.C do Edital).

5.5 Licitantes não optantes pelo Sistema Simples de Tributação:

5.6 Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do Art. 3º da LC 123/06.

5.7 Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do art. 3º da LC 123/06.

5.8 Os documentos aos quais se refere este item deverão ser apresentados juntamente com os documentos de habilitação, ainda que as microempresas, e pequenas empresas ou equiparadas não optantes pelo Sistema Simples Nacional de Tributação possuam habilitação parcial no CRC/ES.



Governo do Estado do Espírito Santo

Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos – SEGER

Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo



ANEXO III – MODELOS DO EDITAL

ANEXO III.A - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

____ de _____ de ____.

PREGÃO Nº ____/____

Empresa: (Nome da Empresa)

À (Nome do Órgão)

Prezados Senhores,

1 - Compõem nossa Proposta os seguintes anexos:

1.1 - Proposta Comercial Detalhada, com a indicação do preço unitário de cada item e do preço global.

1.2 - Documentos exigidos para Habilitação.

1.3 - Dados Complementares para Assinatura do Contrato.

2 - O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

3 - Os preços ora propostos incluem todas as despesas diretas, indiretas, benefícios, tributos, contribuições, seguros e licenças, além de compreender a integralidade dos custos de direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, normas infralegais, nas convenções coletivas e nos termos de ajuste de conduta vigentes, de modo a se constituírem à única e total contraprestação pelo fornecimento dos itens.

Atenciosamente,

(Nome do representante e assinatura)



Governo do Estado do Espírito Santo

Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos – SEGER

Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo



ANEXO III.B - DADOS COMPLEMENTARES PARA ASSINATURA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

DADOS DO LICITANTE ARREMATANTE		
NOME DO RESPONSÁVEL PELO LICITANTE ARREMATANTE:		
Nº DE IDENTIDADE/ ÓRGÃO EMISSOR DO RESPONSÁVEL PELO LICITANTE ARREMATANTE:		
CPF DO RESPONSÁVEL PELO LICITANTE ARREMATANTE:		
NACIONALIDADE:	ESTADO CIVIL:	
CONDIÇÃO JURÍDICA DO REPRESENTANTE:		
ENDEREÇO RESIDENCIAL COMPLETO DO RESPONSÁVEL PELO LICITANTE ARREMATANTE:		
INDICAÇÃO DO PREPOSTO: (NOME COMPLETO, CPF e CARGO)		
DADOS PARA CADASTRO DA PESSOA JURÍDICA (CREDOR)		
NOME COMPLETO DA PESSOA JURÍDICA:		
CNPJ DA PESSOA JURÍDICA:		
ENDEREÇO COMPLETO DA PESSOA JURÍDICA:	E-MAIL:	TEL:
BANCO _____	AGÊNCIA Nº _____	NÚMERO DA CONTA: _____

(Local), ____ de _____ de ____.

(Nome do representante e assinatura)



Governo do Estado do Espírito Santo

Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos – SEGER

Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo



**ANEXO III.C – DECLARAÇÃO PARA MICRO EMPRESAS, EMPRESAS DE
PEQUENO PORTE OU EQUIPARADAS**

**DECLARAÇÃO PARA FINS DE ATENDIMENTO AO §4º DO ARTIGO 3º DA LC
123/06**

Declaramos, para os fins do disposto no §4º do Artigo 3º da LC 123/06, que não possuímos nenhum dos impedimentos citados.

Cidade, ____ de _____ de _____.

Identificação e Assinatura



ANEXO IV – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº ____/____

Pregão nº ____/____

Processo nº ____/____

ID CiudadES nº _____

O INSTITUTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, inscrita no CNPJ sob o nº _____ (preencher), com sede na (endereço completo), representada legalmente pelo seu (cargo e nome), nomeado(a) pelo Decreto/Portaria nº _____, de ____ de _____ de 20__ (preencher), publicada no DIO de ____ de _____ de 20__ (preencher), portador da Matrícula Funcional nº _____ (preencher), considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, PARA REGISTRO DE PREÇOS, sob nº., RESOLVE registrar os preços das empresas, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e regido pela Lei 14.133/2021, pelos Decretos Estaduais nº 5.354-R/2023 e 5.545-R/2023, e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir:

1 - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a **aquisição e atualização de licenças perpétuas do Zimbra Network Edition (nas modalidades Standard, Professional e EWS), contemplando a versão mais atualizada com suporte técnico oficial pelo período de 12 (doze) meses. Inclui-se, ainda, a contratação de solução corporativa de filtragem antispam, com proteção contra ameaças avançadas e ataques direcionados, além dos serviços de implantação, capacitação técnica e suporte especializado pelo mesmo período, visando garantir a segurança, disponibilidade e continuidade operacional da plataforma de e-mail institucional do PRODEST**, especificado(s) no Termo de Referência, anexo do Edital de Licitação nº ____/____, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2 - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 - O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)
------------	---



X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Valor Total
1								
2								
n								

2.2 - A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como Anexo I a esta Ata.

3 - ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTE

3.1 - O órgão gerenciador será o PRODEST.

3.2 - Não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

3.3 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

4 - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, mediante requerimento de adesão enviado, eletronicamente, ao órgão ou entidade gerenciadora com os seguintes elementos mínimos:

4.1.1 - identificação da ARP de interesse;

4.1.2 - indicação dos itens e respectivas quantidades;

4.1.3 - endereços de entrega ou de prestação dos serviços;

4.1.4 - dados de contato do requerente;

4.1.5 - assinatura e identificação do subscritor; e

4.1.6 - outras informações eventualmente requeridas pelo órgão ou entidade gerenciadora.

4.2 - A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3 - O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.



4.4 - Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

Dos limites para as adesões

4.5 - As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.6 - O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

5 - VALIDADE, FORMALIZAÇÃO, ALTERAÇÃO E PRORROGAÇÃO DA ATA E CADASTRO RESERVA

5.1 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogado por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1 - Em caso de prorrogação da vigência da ARP, as quantidades inicialmente registradas **não** serão renovadas, permitindo-se apenas o uso do quantitativo não consumido até o momento da prorrogação.

5.2 - A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada, no prazo de validade da Ata, por intermédio de instrumento próprio, conforme previsto no Edital.

5.3 - Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.4 - O contrato decorrente da Ata terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual.

5.5 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

5.6 - Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei 14.133/2021.

5.7 - Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.7.1 - Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do licitante adjudicatário;

5.7.2 - Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:



5.7.2.1 - Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.7.2.2 - Mantiverem sua proposta original.

5.7.3 - Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes na ata.

5.8 - O registro a que se refere o item 5.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.9 - Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.10 - A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.10.1 - Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.10.2 - Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.11 - O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.11.1 - Na hipótese de inviabilidade técnica de publicação no PNCP, a publicação de que trata o item 5.8 deverá ocorrer no Diário Oficial do Estado.

5.12 - Após a homologação da licitação, o licitante adjudicatário será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

5.12.1 - O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.13 - A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.14 - Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo licitante adjudicatário.

5.15 - Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos do item anterior, a



Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.15.1 - Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.15.2 - Adjudicar e firmar a ata de registro de preços nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.16 - A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6 - ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 - Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1 - Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;

6.1.2 - Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3 - Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.1.4 - No caso do reajuste, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos no contrato ou instrumento que o substituir;

6.1.5 - No caso da repactuação, serão observados os requisitos e critérios definidos no contrato.

7 - NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1 - Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.



7.1.1 - Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2 - Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, exceto aqueles que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4 - Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

7.2 - Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, é facultado ao fornecedor requerer a revisão, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

7.2.1 - o requerimento seja formulado antes da formalização do contrato ou aceite da ordem de fornecimento ou execução;

7.2.2 - a modificação das condições que impactam na formação do preço seja substancial e extraordinária, de forma a caracterizar alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor da ARP e os da Administração Pública;

7.2.3 - seja efetivamente comprovada a desatualização, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas;

7.3 - A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor, cabendo ao órgão ou entidade gerenciadora a análise e deliberação a respeito do pedido.

7.4 - Ao receber o pedido, o órgão ou entidade gerenciadora poderá decidir pela suspensão da ata, até a conclusão da análise.

7.5 - Comprovada a desatualização decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá:

7.5.1 - efetuar a atualização do preço registrado, nos termos requeridos pelo fornecedor, mediante celebração de termo aditivo; e

7.5.2 - cancelar o preço registrado, liberando o fornecedor do compromisso assumido, sem a aplicação de sanções administrativas.



7.6 - Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e na ata.

7.7 - Na hipótese do cancelamento do registro de preços previsto no item 7.2.2, o órgão ou entidade gerenciadora poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva que aceitaram cotar o objeto em preços iguais aos do vencedor ou que mantiveram sua proposta final.

7.8 - Excepcionalmente, na hipótese do item 7.6, a Administração poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido sem a aplicação de sanções quando, constatada a existência de fato superveniente que implique em desatualização dos preços, não for possível quantificar seu impacto no valor originalmente registrado.

7.9 - O reajuste e a repactuação dos preços registrados dependerão de requerimento do fornecedor, observando as normas aplicáveis aos contratos administrativos.

7.10 - O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

8 - REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas entre órgãos ou entidades participantes do lote, incluindo o gerenciador, quando este for participante, e para os quantitativos ainda não contratados.

8.2 - O órgão ou entidade solicitante realizará consulta formal e direta aos demais participante informando o(s) item(ns) e o(s) quantitativo(s) que deseja.

8.3 - O órgão ou entidade cedente verificará a possibilidade de remanejamento e, se constatada a possibilidade, somente poderá autorizar o remanejamento mediante declaração de sua autoridade competente atestando a disponibilidade de saldo não contratado e a ciência quanto à redução do seu quantitativo solicitado.

8.4 - O órgão ou entidade solicitante deverá submeter o pedido ao órgão ou entidade gerenciadora juntamente com a justificativa para o acréscimo e a autorização de remanejamento do órgão ou entidade cedente.

8.5 - Recebido o pedido, o órgão ou entidade gerenciadora verificará a conformidade da solicitação e procederá à formalização de termo aditivo.

8.6 - Em nenhuma hipótese o fornecedor beneficiário da ARP poderá negar ou condicionar o fornecimento ao órgão ou entidade participante que teve sua solicitação atendida em função do processo de remanejamento.



9 - CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE ADJUDICATÁRIO E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1 - O fornecedor terá o registro do seu preço cancelado quando:

9.1.1 - descumprir as condições da ARP;

9.1.2 - não formalizar o contrato ou retirar a ordem de fornecimento no prazo estabelecido pela ARP, sem justificativa aceitável;

9.1.3 - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

9.1.4 - sofrer sanção prevista no inciso III ou IV do caput do art. 156 da Lei 14.133, de 2021, observada a abrangência definida nos §§ 4º e 5º do referido dispositivo.

9.2 - Na hipótese do item 9.1.4, caso a sanção aplicada não ultrapasse o prazo de vigência da ARP, poderá o órgão ou entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, sendo vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.3 - O cancelamento do registro será formalizado por decisão fundamentada da autoridade máxima do órgão ou entidade gerenciadora, assegurado o contraditório e a ampla defesa nas hipóteses previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.4.

9.4 - Além das demais hipóteses previstas neste regulamento, o cancelamento do registro de preços poderá ocorrer, justificadamente:

9.4.1 - por razões de interesse público; ou

9.4.2 - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

10 - DAS PENALIDADES

10.1 - O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e no contrato.

10.1.1 - As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2 - É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito à execução dos contratos celebrados por órgão ou entidade participante ou aderente, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante ou aderente a aplicação da penalidade.

10.3 - O órgão ou entidade participante ou aderente deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas neste item, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.



11 - CONDIÇÕES GERAIS

11.1 - As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

11.2 - No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

12 - DO FORO

12.1 - Fica eleito o foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

12.2 - Antes de qualquer providência jurisdicional visando solucionar dúvida quanto à interpretação do presente instrumento, as partes deverão buscar solução administrativa, com a participação da Procuradoria Geral do Estado, por intermédio de um ou mais meios de solução consensual de conflitos previstos na Lei Complementar Estadual nº 1.011/2022.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes **e disponibilizada aos demais órgãos participantes (se houver).**

Local, ____ de _____ de _____ (preencher).

Nome do Órgão Gerenciador
Representante (nome completo)
Documento de Identificação

Nome da Contratada
Representante (nome completo)
Documento de Identificação



Governo do Estado do Espírito Santo

Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos – SEGER

Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo



Anexo I da Ata de Registro de Preços

Cadastro Reserva

Relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

2º Colocado: (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)

3º Colocado: razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)

4º Colocado: razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)

Relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original, dentro do valor estimado:

5º Colocado: (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)

6º Colocado: (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)

7º Colocado: (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)



ANEXO V – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Contrato nº ____/_____
Pregão nº ____/_____
Processo nº ____/_____
ID CiudadES nº _____

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O PRODEST E A EMPRESA _____ PARA A **AQUISIÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE LICENÇAS PERPÉTUAS DO ZIMBRA NETWORK EDITION (NAS MODALIDADES STANDARD, PROFESSIONAL E EWS), CONTEMPLANDO A VERSÃO MAIS ATUALIZADA COM SUPORTE TÉCNICO OFICIAL PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES. INCLUI-SE, AINDA, A CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO CORPORATIVA DE FILTRAGEM ANTISPAM, COM PROTEÇÃO CONTRA AMEAÇAS AVANÇADAS E ATAQUES DIRECIONADOS, ALÉM DOS SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, CAPACITAÇÃO TÉCNICA E SUPORTE ESPECIALIZADO PELO MESMO PERÍODO, VISANDO GARANTIR A SEGURANÇA, DISPONIBILIDADE E CONTINUIDADE OPERACIONAL DA PLATAFORMA DE E-MAIL INSTITUCIONAL DO PRODEST.**

O INSTITUTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PRODEST, adiante denominada CONTRATANTE, inscrita no CNPJ sob o nº _____ (preencher), com sede na **(endereço completo)**, representada legalmente pelo seu **(cargo e nome)**, nomeado(a) pelo Decreto/Portaria nº _____, de ____ de _____ de 20__ (preencher), publicada no DIO de ____ de _____ de 20__ (preencher), portador da Matrícula Funcional nº _____ (preencher) e a Empresa **(nome completo)**, doravante denominada CONTRATADA, com sede **(endereço completo)**, inscrita no CNPJ sob o nº _____ (preencher) neste ato representado(a) por **(nome e função no contratado)**, conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, ajustam o presente CONTRATO de, conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, ajustam o presente CONTRATO de aquisição e atualização de licenças perpétuas do Zimbra Network Edition (nas modalidades Standard, Professional e EWS), contemplando a versão mais atualizada com suporte técnico oficial pelo período de 12 (doze) meses. Inclui-se, ainda, a contratação de solução corporativa de filtragem antispam, com proteção contra ameaças avançadas e ataques direcionados, além dos serviços de implantação, capacitação técnica e suporte especializado pelo mesmo período, visando garantir a segurança, disponibilidade e continuidade operacional da plataforma de e-mail



institucional do PRODEST, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 5.545-R/2023, de acordo com os termos do processo acima mencionado, parte integrante deste instrumento independente de transcrição, juntamente com a Proposta apresentada pela CONTRATADA, ficando, porém, ressalvadas como não transcritas as condições nela estipuladas que contrariem as disposições deste CONTRATO, que se regerá pelas Cláusulas Seguintes.

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente instrumento é a aquisição e atualização de licenças perpétuas do Zimbra Network Edition (nas modalidades Standard, Professional e EWS), contemplando a versão mais atualizada com suporte técnico oficial pelo período de 12 (doze) meses. Inclui-se, ainda, a contratação de solução corporativa de filtragem antispam, com proteção contra ameaças avançadas e ataques direcionados, além dos serviços de implantação, capacitação técnica e suporte especializado pelo mesmo período, visando garantir a segurança, disponibilidade e continuidade operacional da plataforma de e-mail institucional do PRODEST, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

1.2 - Integram este Contrato, como partes indissociáveis e independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

- (a) o Edital e todos os seus Anexos;
- (b) a Proposta Comercial da Contratada.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1 - O valor total da contratação é de R\$ ____ (_____).

2.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos (impostos etc.), encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 - O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

2.4 - Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, cujo termo inicial será 03/2026.

2.5 - Após o interregno de um ano, mediante pedido do contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula:

$$VR = \frac{V(I-I^0)}{I^0} \quad \text{onde:}$$

VR = Valor do reajuste;



V = Valor atual do contrato ou da parcela a ser reajustada;

I^o = Índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente ao mês-base;

I = Índice relativo ao mês de reajuste.

2.6 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

2.7 - No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

2.8 - Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

2.9 - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, será adotado o novo índice definido para a Administração Estadual na contratação de serviços semelhantes.

2.10 - O reajuste de preços será formalizado por apostilamento.

2.11 - Os reajustes não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei 14.133/2021.

2.12 - O contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

2.13 - O reequilíbrio econômico e financeiro, em qualquer de suas espécies, observará, conforme a natureza do objeto contratual, as regras previstas nos arts. 45 a 53 do Decreto Estadual nº 5545-R/2023 e na Lei nº 14.133/2021, inclusive quanto à renúncia irretratável por ausência de requerimento formal durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação (art. 46 do Decreto).

3 - CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 - O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4 - CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

4.1 - O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** e terá início no dia posterior ao da publicação do respectivo instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas - PCNP, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.



4.2 - A gestão do contrato, inclusive quanto à prorrogação, deve observar o que disposto no art. 22 do Decreto Estadual nº 5545-R/2023 e em orientações complementares da Administração Estadual.

4.3 - Não obstante o prazo estipulado nesta Cláusula, aplica-se a este Contrato as hipóteses de extinção previstas no art. 106, III, da Lei 14.133/2021, mediante justificativa da medida excepcional e prévia oitiva da Procuradoria-Geral do Estado, constituindo condições resolutivas do contrato:

4.3.1 - a inexistência ou insuficiência de dotações orçamentárias nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas, acarretando a extinção do contrato a partir de sua ocorrência; ou

4.3.2 - a ausência de vantagem para a Administração na manutenção do contrato, desde que o Contratante comunique ao Contratado a opção pela extinção do contrato com ao menos 2 (dois) meses de antecedência em relação à próxima data de aniversário do contrato, acarretando a extinção do contrato a partir da referida data de aniversário contratual.

4.4 - Ocorrendo a resolução do contrato, com base em uma das condições resolutivas estipuladas acima, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

5 - CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento.

5.2 - A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/Unidade: (preencher na elaboração do contrato, quando da elaboração da reserva);

Fonte de Recursos: (preencher na elaboração do contrato, quando da elaboração da reserva);

Programa de Trabalho: (preencher na elaboração do contrato, quando da elaboração da reserva);

Elemento de Despesa: (preencher na elaboração do contrato, quando da elaboração da reserva);

Plano Interno: (preencher na elaboração do contrato, quando da elaboração da reserva).

5.3 - A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

6 - CLÁUSULA SEXTA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

6.1 - Não haverá exigência de garantia contratual da execução.



7 - CLÁUSULA SÉTIMA - DA ENTREGA E RECEBIMENTO

7.1 - O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8 - CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

8.1 - Compete à Contratada:

8.1.1 - Cumprir todas as obrigações, as condições e os prazos relativos a entrega do(s) produto(s) adquirido(s) e/ou da execução do(s) serviço(s) contratado(s), conforme definido no Termo de Referência;

8.1.2 - providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante;

8.1.3 - manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XVI do art. 92 da Lei Federal 14.133/2021;

8.1.4 - garantir a execução qualificada do contrato durante o período de garantia e/ou vigência, conforme definido no Termo de Referência.

8.1.5 - Visando ao regular cumprimento do contrato firmado com a Administração Pública, a CONTRATADA, nos termos do Decreto nº 4.251-R, de 21 de maio de 2018, se obriga a efetivar a contratação de mão-de-obra necessária à execução da obra ou serviço advinda do sistema penitenciário estadual, no percentual de 6% (seis por cento) da mão-de-obra total para a execução do objeto contratual, nos termos da Lei complementar nº 879/2017.

8.2 - Compete à Contratante:

8.2.1 - efetuar o pagamento do preço previsto nos termos deste contrato;

8.2.2 - definir o local para entrega dos produtos adquiridos e/ou da execução dos serviços contratados, conforme definido no Termo de Referência;

8.2.3 - designar servidor(es) responsável(eis) pelo acompanhamento e fiscalização da entrega dos produtos adquiridos e/ou da execução do(s) serviço(s) contratado(s), conforme definido no Termo de Referência;

8.2.4 - Emitir decisão sobre eventuais solicitações ou reclamações relacionadas à execução dos contratos no prazo máximo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período.



8.2.5 - Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.2.6 - Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.3 - Da Proteção de Dados Pessoais.

8.3.1 - Proteção de dados, coleta e tratamento. Sempre que tiverem acesso ou realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais, as partes comprometem-se a envidar todos os esforços para resguardar e proteger a intimidade, vida privada, honra e imagem dos respectivos titulares, observando as normas e políticas internas relacionadas a coleta, guarda, tratamento, transmissão e eliminação de dados pessoais, especialmente as previstas na Lei Federal nº 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais”), no Decreto Estadual nº 4922-R, de 09 de julho de 2021, e demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

8.3.2 - Caso o objeto envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular, a CONTRATADA deverá observar, ao longo de toda a vigência do Contrato, todas as obrigações legais e regulamentares específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento.

8.3.3 - Ao receber o requerimento de um titular de dados, na forma prevista nos artigos 16 e 18 da Lei Federal nº 13.709/2018, a CONTRATADA deverá:

8.3.3.1 - Notificar imediatamente a CONTRATANTE;

8.3.3.2 - Auxiliá-la, quando for o caso, na elaboração da resposta ao requerimento; e

8.3.3.3 - Eliminar todos os dados pessoais tratados com base no consentimento em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do requerimento do titular.

8.3.4 - As partes armazenarão dados pessoais apenas pelo período necessário ao cumprimento da finalidade para a qual foram originalmente coletados e em conformidade com as hipóteses legais que autorizam o tratamento.

8.3.5 - As partes devem assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores e eventuais subcontratados que necessitem acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para o cumprimento deste Contrato e da legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a obrigações de sigilo e confidencialidade.

8.3.6 - A CONTRATADA deve, enquanto operadora de dados pessoais, implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações da CONTRATANTE previstas na Lei Federal nº 13.709/2018.

8.3.7 - Proteção de dados e incidentes de segurança. Considerando as características específicas do tratamento de dados pessoais e o estado atual da tecnologia, a CONTRATADA deverá adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas



aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

8.3.8 - A CONTRATADA deverá notificar a CONTRATANTE imediatamente sobre a ocorrência de incidentes de segurança relacionados a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que a CONTRATANTE cumpra quaisquer deveres de comunicação, dirigidos à Autoridade Nacional de Proteção de Dados e/ou aos titulares dos dados, acerca do incidente de segurança.

8.3.9 - As partes deverão adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação e na mitigação das consequências de cada incidente de segurança.

8.3.10 - **Transferência internacional.** É vedada a transferência de dados pessoais pela CONTRATADA para fora do território do Brasil sem o prévio consentimento, por escrito, da CONTRATANTE, e demonstração da observância da adequada proteção desses dados, cabendo à CONTRATADA a responsabilidade pelo cumprimento da legislação de proteção de dados ou de privacidade de outro(s) país(es) que for aplicável.

8.3.11 - **Responsabilidade.** A CONTRATADA responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados a CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes do descumprimento da Lei Federal nº 13.709/2018, no Decreto Estadual nº 4922-R, de 09 de julho de 2021 e outras normas legais ou regulamentares relacionadas a este Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização da CONTRATANTE em seu acompanhamento.

8.3.12 - Eventual subcontratação, mesmo quando autorizada pela CONTRATANTE, não exime a CONTRATADA das obrigações decorrentes deste Contrato, permanecendo integralmente responsável perante a CONTRATANTE mesmo na hipótese de descumprimento dessas obrigações por subcontratada.

8.3.13 - A CONTRATADA deve colocar à disposição da CONTRATANTE, quando solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nestas cláusulas, permitindo a realização de auditorias e inspeções, diretamente pela CONTRATANTE ou por terceiros por ela indicados, com relação ao tratamento de dados pessoais.

8.3.14 - A CONTRATADA deve auxiliar a CONTRATANTE na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da Lei Federal nº 13.709/2018, relativo ao objeto deste Contrato.

8.3.15 - Se a CONTRATANTE constatar que dados pessoais foram utilizados pela CONTRATADA para fins ilegais, ilícitos, contrários à moralidade ou mesmo para fins diversos daqueles necessários ao cumprimento deste Contrato, a CONTRATADA será notificada para promover a cessação imediata desse uso, sem prejuízo da rescisão do Contrato e de sua responsabilização pela integralidade dos danos causados.



8.3.16 - Eliminação. Extinto o Contrato, independentemente do motivo, a CONTRATADA deverá em, até 10 (dez) dias úteis, contados da data de seu encerramento, devolver todos os dados pessoais a CONTRATANTE ou eliminá-los, inclusive eventuais cópias, certificando a CONTRATANTE, por escrito, do cumprimento desta obrigação.

9 - CLÁUSULA NONA - DOS ADITAMENTOS

9.1 - O presente contrato poderá ser aditado, estritamente, nos termos previstos na Lei 14.133/2021, mediante manifestação formal da Procuradoria-Geral do Estado ou em conformidade com norma editada pela Procuradoria que dispense a análise jurídica.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei 14.133/2021, o contratado que:

- (a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- (b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- (c) der causa à inexecução total do contrato;
- (d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- (e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- (f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- (g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- (h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013.

10.2 - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

10.2.1 - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei 14.133/2021);

10.2.2 - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei 14.133/2021);

10.2.3 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas



alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei 14.133/2021);

10.2.4 - Multas (art. 156, II, e § 3º, da Lei 14.133/2021), observados os seguintes parâmetros:

10.2.4.1 - Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia útil de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

10.2.4.2 - Multa compensatória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento) incidente sobre o valor do contrato, para a infração descrita na alínea “a” do subitem 10.1;

10.2.4.3 - Multa compensatória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 20% (vinte por cento) incidente sobre o valor do contrato, para as infrações descritas nas alíneas “b” a “h” do subitem 10.1.

10.3 - O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção unilateral do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular, convertendo a multa moratória em multa compensatória (art. 162, parágrafo único, da Lei 14.133/2021).

10.4 - Em caso de reincidência, o valor total das multas aplicadas não poderá exceder o limite de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato.

10.5 - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei 14.133/2021).

10.6 - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, na forma do art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133/2021.

10.7 - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei 14.133/2021):

- (a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- (b) as peculiaridades do caso concreto;
- (c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- (d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- (e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.8 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei 14.133/2021).

10.9 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei 14.133/2021 para as penalidades de



impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, assim como as seguintes regras:

10.9.1 - Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, a Administração deverá notificar o contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;

10.9.2 - A notificação deverá ocorrer pessoalmente, eletronicamente, com confirmação de recebimento, ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

10.9.3 - O prazo para apresentação de defesa prévia para a penalidade de advertência será de 05 (cinco) dias úteis e de 15 (quinze) dias úteis para as demais penalidades, e serão contados na forma do art. 183 da Lei 14.133/2021;

10.9.4 - O contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;

10.9.5 - Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, a Administração proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso, que deverá ser exercido nos termos da Lei 14.133/2021;

10.10 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei 14.133/2021).

10.11 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei 14.133/2021).

10.12 - O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 da Lei 14.133/2021).

10.13 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei 14.133/2021.



10.14 - Os débitos relativos a multas moratória e compensatória e as indenizações cabíveis poderão ser descontados dos valores devidos pela Administração ao contratado e, se insuficientes, a diferença poderá ser objeto de cobrança judicial (art. 156, § 8º, da Lei 14.133/2021).

10.14.1 - Os débitos do contratado para com a Administração contratante poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos decorrentes de outros contratos administrativos que o contratado possua com o Estado do Espírito Santo.

10.15 - Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do contrato, nos termos da Lei 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA SUPERVENIENTE IRREGULARIDADE FISCAL, SOCIAL OU TRABALHISTA

11.1 - Constatado que o Contratado não se encontra em situação de regularidade fiscal, social ou trabalhista, o mesmo será notificado para no prazo de 10 (dez) dias úteis regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, observando-se o procedimento de aplicação de sanções.

11.2 - Transcorrido esse prazo, ainda que não comprovada a regularidade e que não seja aceita a defesa apresentada, o pagamento será efetuado, sem prejuízo da tramitação do procedimento de aplicação de sanções.

11.3 - Em não sendo aceitas as justificativas apresentadas pelo Contratado, será imposta multa de 2% (dois por cento) sobre o saldo contratual não executado.

11.4 - Depois de transcorridos 30 (trinta) dias úteis da notificação da multa, se a empresa não regularizar a pendência fiscal ou trabalhista, deverá a Administração decidir sobre iniciar ou não procedimento de rescisão do contrato, podendo deixar de fazê-lo se reputar que a extinção antecipada do contrato ocasionará expressivos prejuízos ao interesse público.

11.5 - Em se tratando de irregularidade fiscal decorrente de crédito estadual, o Contratante informará à Procuradoria Fiscal da Procuradoria Geral do Estado sobre os créditos em favor da empresa, antes mesmo da notificação à empresa.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1 - A rescisão do Contrato poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos arts. 137 a 139 da Lei 14.133/2021.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS RECURSOS

13.1 - Os recursos, representação e pedido de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos dos arts. 165 a 168 da Lei 14.133/2021.



14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

14.1 - A execução do contrato será acompanhada pelo gestor e pelo fiscal designados pela autoridade competente do órgão ou entidade, os quais representarão a Administração e confirmarão o recebimento do objeto contratado, observadas as disposições deste contrato. Sem esse recebimento, não será permitido qualquer pagamento.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO REPRESENTANTE DA CONTRATADA

15.1 - Representará a Contratada na execução do ajuste, como preposto, (preencher no momento de assinatura do contrato, com nome completo, nacionalidade, profissão e estado civil do representante da empresa).

15.2 - O representante da CONTRATADA deverá realizar o cadastro no Sistema Corporativo de Gestão de Documentos Arquivísticos Digitais - EDOCS do Governo do Estado do Espírito Santo para envio e recebimento de documentos oficiais.

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

16.1 - Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16.2 - Na ausência de prazo previamente estabelecido para o cumprimento de determinações emitidas pelo Contratante, será aplicado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de ciência formal da determinação pela Contratada. Esse prazo poderá ser prorrogado, a critério exclusivo do Contratante, mediante solicitação formal e devidamente justificada pela Contratada.

17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1 - Fica eleito o foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.2 - Antes de qualquer providência jurisdicional visando solucionar dúvida quanto à interpretação do presente instrumento, as partes deverão buscar solução administrativa, com a participação da Procuradoria Geral do Estado, por intermédio de um ou mais meios de solução consensual de conflitos previstos na Lei Complementar Estadual nº 1.011/2022.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente eletronicamente, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

Local, ____ de _____ de _____.



Governo do Estado do Espírito Santo

Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos – SEGER

Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo



Nome da Contratante
Representante (nome completo)
Documento de Identificação

Nome da Contratada
Representante (nome completo)
Documento de Identificação



ANEXO V.A – SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO – TERMO DE COMPROMETIMENTO

- a) As partes e seus representantes (empregados, associados, parceiros, terceirizados e afins) deverão conhecer e cumprir a Política de Segurança da Informação da PRODEST (disponível para consulta no site “seguranca.prodest.es.gov.br”), no que for aplicável e relacionado ao escopo de suas relações com a autarquia, bem como quaisquer outras políticas ou termos adicionais relativos à segurança da informação porventura estabelecidos e formalizados entre as partes, sob pena de adoção das punições cabíveis (incluindo rescisão contratual, quando aplicável).
- b) As partes e seus representantes deverão tratar com o devido nível de sigilo todas as informações às quais terão acesso ou conhecimento, não as comercializando, reproduzindo, cedendo ou divulgando para pessoas não autorizadas a acessá-las ou conhecê-las.
- c) O sigilo de informações confidenciais deverá ser mantido durante a vigência da relação estabelecida entre as partes e mesmo após seu encerramento, por tempo indeterminado ou pelos prazos previstos na legislação em vigor – exceto se estritamente necessário para cumprimento de obrigações contratuais ou quaisquer outros termos formalizados entre as partes, se autorizado pelo proprietário da informação ou responsável, ou se requerido por força de lei ou mandado judicial.
- d) As partes se comprometem mutuamente ao cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), visando garantir a privacidade/confidencialidade dos dados pessoais a serem tratados durante a prestação do serviço objeto deste instrumento, no qual a CONTRATADA figurará como “operadora” de dados pessoais perante à CONTRATANTE, no contexto da relação entre as partes.

CONTRATADA

CONTRATANTE

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

RUBIA VANESSA FAMTONI DEMUNER

AGENTE DE CONTRATAÇÃO
PRODEST - PRODEST - GOVES
assinado em 09/04/2026 12:12:07 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 09/04/2026 12:12:07 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por RUBIA VANESSA FAMTONI DEMUNER (AGENTE DE CONTRATAÇÃO - PRODEST - PRODEST - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2026-WNDDQR>